

**MANDATO XI**  
**ATA Nº. 24/2017**

**SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2017**

*Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezassete, nesta cidade de Braga, no Auditório da Empresa InvestBraga, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor Serafim Figueiral Rebelo, como Primeiro Secretário e do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Segundo Secretário. **MAIORIA LEGAL - A SRª. PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e cinco membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Alberto Granja dos Santos Silva, Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Maria do Pilar Araújo Teixeira, Bento Duarte da Silva, Hugo Alexandre Lopes Soares, João Filipe Monteiro Marques, Paulo Alexandre Lopes de Carvalho Viana, Maria Ester da Silva Taveira, Natacha Sofia Miranda Fontes, Rui Manuel Martins Ribeiro Leite, Carlos Alberto Sousa Duarte Neves, Maria Isabel Magalhães Mexia Monteiro da Rocha, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Maria Isabel Campos Ferreira Sá, Sílvia Maria Rodrigues de Oliveira, Miguel Pereira de Macedo de Sá Menezes, José Marcelino da Costa Pires, Ilda de Fátima Gomes Esteves Carneiro, Pedro Miguel Pereira de Sousa, Ana Paula Enes Morais Pereira, Bento Ferraz Gomes de Faria, Sebastião Marques Quarenta, José António de Oliveira Rocha, Marta Filipa Azevedo Ferreira, Rui Sérgio Ferreira da Silva Dória, Catarina Lourenço Ribeiro,*

*José Manuel Lopes Ferreira, Manuel António Gomes Pinto, Joana Maciel Ferreira da Costa, Artur Jorge de Oliveira Feio, Carla Maria da Costa e Cruz, Raúl Alfredo Cardoso Peixoto da Silva, Bruno André Ferreira Gomes da Silva, Bárbara Seco de Barros, Manuel Carlos Ferreira da Silva, Maria Teresa Barbosa Teixeira, Agostinho Fernando Monteiro Fernandes, Maria Guilhermina Vieira, Manuel Jorge Miranda Pereira, Paulo Afonso Machado, Manuel Jorge Costa Pires, Ricardo Jorge Pereira da Silva, José Oliveira da Silva, António Araújo Fonseca Veiga, Agostinho Joaquim Pereira Soares, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Custódio José Antunes Pereira, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, João Manuel Faria da Costa, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João António de Matos Nogueira, Augusto Vieira de Carvalho, Sérgio Filipe de Sá Antunes Oliveira, Manuel da Silva Dias, Carmindo João Costa Soares, António da Costa Machado, José Magalhães Soares Gomes, Manuel de Azevedo Martins, Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado, João Lamego Moreira, José António Vieira Peixoto, Hilário Fernandes Lopes, Carlos Alberto Ferreira de Sá, Francisco Manuel Pereira da Silva, António Martins de Araújo, Mário José Reis Vieira, Emiliano Renato Araújo Noversa, Alexandre José de Sá Vieira, Manuel Pereira de Faria, Dinis Filipe Gomes de Sá e José Manuel Gomes Martins.* **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO:** *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Américo dos Santos Afonso, Rosa Maria Macedo da Cunha, Alexandre Amoedo da Cruz Lourenço, Adelino da Costa Correia, Domingos da Silva Abreu, Mário Alexandre Peixoto Gomes, Tânia Correia da Cruz, José João Pereira Correia, Luís Jorge Vaz Santos Antunes Coelho, Arlindo Henrique Lobo Borges, Daniel Fernandes Pinto, Manuel Maria Beninger Simões Correia, António Álvaro da Costa Machado, Nuno Álvaro Freitas Barbosa de Alpoim, Cláudia Patrícia*

*Serapicos Alves, Vítor Manuel de Sousa Leite Cibrão Coutinho, Diana Sofia de Sá Carneiro Gonçalves Basto, Francisco Marques de Oliveira, Tiago Jorge de Assis Caldeira da Cruz Corais, Paula Cristina Barata Monteiro da Costa Nogueira e João Manuel Mouta Gomes. Passou-se ao **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**. Neste período registou-se a intervenção da **SR<sup>a</sup> ALEXANDRA ROSA DAVID FRANQUEIRA DOS SANTOS LIMA**, que começou por referir que foi ali, mais uma vez, pelo mesmo assunto, desde dois mil e quinze, e que continuava a não obter qualquer resposta, relativamente a uma situação que se mantinha na rua da Boavista, sobre um prédio abandonado com o passeio obstruído. Existiam ali muitas pessoas de mobilidade reduzida e através de um projeto de que fez parte, poderia verificar-se que a aludida rua era a que possuía o maior número de idosos, na cidade de Braga. Idosos com noventa anos, que não conseguiam subir a rua e tinham medo de sair de casa. Agradecia que fizessem uma intervenção, o mais rápido possível, porque se não fosse através da Assembleia, iria por outros meios. Soube por moradores da rua, que o Sr. Presidente da Câmara e outras pessoas perguntaram a quem pertencia o prédio. Se o prédio não tinha proprietário, não havia nada a fazer. Mas o passeio não era do proprietário do prédio. Pedia, por isso, mais uma vez, que prestassem atenção àquela matéria. Disse, ainda, ter sido informada, através de correio eletrónico, que o seu pedido foi enviado para o serviço competente. Passou-se, depois, ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, que teve início com a apresentação de um **Voto de Louvor** pelo Sr. Deputado do P.S., **PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, cujo conteúdo realçava que naquela sessão, poucos dias depois da data comemorativa do vinte e cinco de Abril, mantinha-se a emoção daquele dia que fazia parte, de forma indelével, da nossa memória coletiva. “Durante quase cinquenta anos, o Estado explicou-nos que éramos um país*

*pequeno e periférico. Durante quase meio século, o Estado domesticou-nos a ambição. Durante quase cinquenta anos, o Estado tirou-nos a vontade de ir mais além. Durante quase cinquenta anos, o Estado fez-nos acreditar que estávamos condenados a viver e a morrer na mesma condição em que nascemos. Durante quase cinquenta anos, o Estado ensinou-nos que os feitos dos nossos antepassados serviam, apenas, para ser admirados e nunca superados. Durante meio século, o Estado condenou-nos a ter só um enorme passado e a estar acantonados na nossa auto compaixão. Durante quase cinquenta anos, o Estado amestrou-nos com a ideia de que temos o nosso lugar pré determinado... e que ter menos que os outros pode ser um sinal positivo... Infelizmente, quarenta e três anos depois, ainda estamos formatados por muitos valores que nos foram impingidos durante quase cinquenta anos. Ainda existem alguns, no Estado, a insistir no nosso lugar pré determinado, em ser mais felizes, mas ter menos que os outros e em sermos tanto melhores quanto menor for a nossa exposição à concorrência e nos fecharmos sobre nós próprios. Estamos aqui a celebrar a democracia, a liberdade de expressão, o multipartidarismo e as liberdades sindical, de imprensa, religiosa, cultural e social. Estamos aqui para dizer não à grilheta com que a ditadura encarcerou um povo inteiro com o metal das armas e o azul dos lápis da censura. Estamos aqui para rejeitar a algema mais pérfida dessa ideia de país pequeno, pobre, periférico e a preto e branco. Estamos aqui porque não queremos apenas um povo feliz que se contenta em ser remediado, nem se conforma com o seu lugar pré determinado num país condenado a ter mais passado que futuro. É um lugar-comum dizer-se que o poder autárquico democrático é o fruto mais robusto daquele dia “inteiro e limpo”, o vinte e cinco de Abril de mil*

*novecentos e setenta e quatro”. Os autarcas, tantas vezes menosprezados, tinham sido os principais autores de desenvolvimento e continuavam a ser o último reduto na defesa dos direitos e das aspirações dos cidadãos. De entre esses, permitissem que celebrasse os verdadeiros pioneiros do regime autárquico democrático, que, em Braga, logo a seguir à revolução, disseram presente e, contra todas as adversidades constituíram a primeira gestão democrática do Município e das suas freguesias. “É fundamental lembrá-los, porque podemos hoje colher ensinamentos deles, que nos permitem ser melhores, que nos tornam melhores servidores dos bracarenses, que nos tornam melhores cidadãos. Foram, convém lembrar muitas as lições que eles nos deixaram. A primeira. Entraram na vida política, movidos por ideias firmes: em nome das suas convicções democráticas, que já tinham defendido na ditadura, voltaram a fazê-lo, aceitando dar o corpo às balas em tempos tão incertos. A segunda. Eram generosos. Tudo deram sem pedir rigorosamente nada em troca, especialmente nas sessenta e duas freguesias de Braga, sem direito a “likes” numa atitude de serviço público permanente e tantas vezes ignorado. A Terceira. A elevada participação cívica e associativa que os caracterizava: continuaram a participar ativamente em associações e instituições várias da sua terra: das culturais às desportivas ou recreativas; da solidariedade social às profissionais. Esta é uma lição vital quando vivemos a “democracia do like”, da democracia da esplanada, na democracia do café, na democracia que não tem tempo para fazer democracia e para afirmar democracia, que substituiu a participação cívica e a luta pelas causas que faz da atividade política não um curriculum, mas um cadastro. A Quarta. Exerceram a Cidadania em estado*

*puro. Evitaram o ataque pessoal, “ad hominem”, um cancro de qualquer combate político, que aparece agora, de novo, quando falham outros argumentos para ganhar eleições. Com eles aprendemos que é possível estar na vida política com higiene mental, com elevação de carácter, com respeito pelo adversário. Temos de aprender com eles que o combate político feito assim, com princípios e elevação une, entusiasmo, seduz os jovens para a participação política. A prática política feita de ódios, de maledicências, do vale tudo, de vingança-zinhas, de mesquinhez, afasta, corrói e destrói a própria democracia. Hoje e aqui, somos desafiados por esses fundadores do poder local democrático a viver um tempo novo em que a luta pelas nossas ideias, pelos nossos projetos é um dever, um orgulho e depende de cada um de nós. É envolvida nestes valores que nos preparamos para celebrar outra data que emana do vinte e cinco de Abril: é o Primeiro de Maio. Por que é da liberdade que emanam a justiça social e as oportunidades de cidadania na plenitude de todas as suas capacidades. Foi essa liberdade conquistada que nos permitiu a criação de sindicatos livres para defesa dos direitos dos trabalhadores, o melhor capital deste país. São eles que aparecem na primeira linha na defesa dos injustiçados face às utopias não realizadas com que sonharam. Foi o sindicalismo democrático e plural que fez de Portugal outro país, após o vinte e cinco de Abril, em variadíssimos parâmetros da nossa sociedade”. Foram dados passos significativos quanto ao estatuto que era devido à mulher, na garantia dos direitos dos trabalhadores, no reforço do poder local. Eles deram um fatal contributo nas áreas da educação, do estado social, dos direitos dos trabalhadores e tantos outros elementos de progresso cívico e social, que justificavam o sacrifício de tantos dirigentes sindicais em*

*benefício de muitos outros e do desenvolvimento do país. “Vemos como, na Europa, eles dão o corpo ao manifesto contra um conjunto de burocratas que desvirtuaram os valores e os compromissos assumidos que a todos obrigam, mas que os mais poderosos não cumprem”. Cá dentro e lá fora, continuavam a ser os trabalhadores e os sindicatos a combater aqueles que faziam tábua rasa do passado da velha Europa, não se deixando encurralar no combate pela refundação dos princípios fundadores da União Europeia. Eram eles que erguiam uma Europa com uma real política de solidariedade entre povos e nações, uma Europa solidária. Eram os trabalhadores portugueses que, entre períodos de euforia e dificuldades, não se esconderam e transformaram Portugal num país contemporâneo em muitas das suas vertentes. Cedo perceberam que se dava demasiada importância às pedras e ao betão, colocando a prioridade nas pessoas, suavizando as carências em que viviam e a cujas soluções tinham direito. “Os trabalhadores têm-nos ensinado uma coisa tão simples: uma sociedade livre e democrática, não pode ver o seu semelhante a definhar na berma da estrada ou deitado pela janela fora ou descartado”. Os trabalhadores continuavam a reclamar perante os nossos governantes que casassem a liberdade com a solidariedade e a lealdade com o mérito. “Oxalá, a ousadia dos capitães de Abril a quem devemos a liberdade, nos inspire ao combate da solidariedade entre os bracarenses e da igualdade de oportunidades, ao combate da inclusão, ao combate da construção de uma cidade, de um país, de uma europa e de um mundo mais igual e mais fraterna. Viva a liberdade! Viva o vinte e cinco de Abril! Viva o Primeiro de Maio! Viva Braga! Viva Portugal!”. Posto à votação foi o referido voto de louvor **aprovado por unanimidade**. Seguiu-se a intervenção da Sr<sup>a</sup>.*

*Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS, para proceder à apresentação de uma Saudação em que saudavam as comemorações dos quarenta e três anos da Revolução de Abril. Saudavam as suas conquistas, as suas sementes, as centenas de mulheres e homens que lutaram para que fosse possível derrotar o fascismo, alguns dando a sua própria vida. O vinte e cinco de Abril comprovava de forma inequívoca que, com a força do povo, não havia barreiras intransponíveis. Durante os quarenta e oito anos da ditadura fascista em Portugal, foi possível que o povo e os trabalhadores se organizassem, mesmo assim. Que lutassem contra a opressão, o medo, enfrentando perseguições, torturas e a morte. Foi possível que o Movimento das Forças Armadas desse o pontapé de saída na madrugada de vinte e quatro de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, sendo secundada logo de seguida pelo povo, sedento de liberdade, democracia, desenvolvimento e progresso. A Revolução de Abril, que trouxe o Serviço Nacional de Saúde para todos; o Salário Mínimo Nacional e o aumento geral dos salários; as campanhas de alfabetização aos trabalhadores e ao povo, na sua grande maioria analfabeto, e a Escola Pública; a Segurança Social, universal e solidária, o direito ao trabalho com direitos; a terra a quem a trabalhava; o direito à habitação, à cultura e ao desporto; a Constituição da República Portuguesa, que todos os direitos, liberdades e garantias consagrava. Quarenta e três anos de uma Revolução que muitos queriam fazer parecer um ato menor da nossa história, quando na verdade era o ato maior da nossa história. O momento de viragem na vida do nosso país, onde o povo arregaçou as mangas e não desistiu de lutar até ver essa manhã clara. Abril servia de inspiração para todos quantos lutavam hoje, fosse pelas trinta e cinco horas de trabalho*

*para todos, fosse por um contrato de trabalho efetivo, por um aumento salarial ou pela dignidade nas suas vidas. Era por tudo isto que precisávamos de defender os direitos de Abril, garantir que o exemplo de coragem e luta que pôs fim a tantos anos de terror e escuridão se carregavam nas armas que usávamos hoje para defender os direitos que conquistámos, repor os que nos foram retirados e lutar por um país soberano e desenvolvido. Saudavam, também, o Primeiro de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, que se comemorava por todo o país na próxima segunda-feira. Saudavam de forma especial os trabalhadores deste concelho, que tinham sabido dar resposta às várias ofensivas contra os seus direitos, não desistindo das trinta e cinco horas para todos (como era exemplo a luta dos trabalhadores da administração local) ou dos justos aumentos salariais que lhes tinham sido negados e pelo fim dos contratos precários (como os trabalhadores da multinacional BOSCH). Saudavam a realização de mais uma jornada de luta, em Guimarães, no Largo do Toural, onde a luta dos trabalhadores assumiria o palco principal, onde as suas reivindicações tomariam conta das comemorações de um dia que servia para reforçar a força da sua firmeza. Viva o vinte e cinco de Abril! Viva o Primeiro de Maio! Posta à votação foi a referida saudação **aprovada por unanimidade**. Foi, depois, apresentada uma **Recomendação do C.D.S.-P.P.**, através do **Sr. Deputado GONÇALO NUNO LOPES DE CASTRO PIMENTA DE CASTRO**, que referia que a Associação Humanitária e Beneficente dos Bombeiros Voluntários de Braga, completou em dezoito de março último, cento e quarenta anos desde a sua fundação em mil oitocentos e setenta e sete. Para além das felicitações que merecia por essa efeméride, os Bombeiros Voluntários de Braga mereciam*

*o nosso mais profundo reconhecimento. Com efeito, tratava-se de uma organização que justificava o mais elevado respeito e solidariedade, quer por parte das populações, quer pelas entidades oficiais do Concelho de Braga, da região e do país. Pelo trabalho que realizavam diariamente, assegurando a proteção e segurança dos cidadãos e dos seus bens, pondo em risco a própria vida no cumprimento da sua missão, cada operacional dos Bombeiros Voluntários de Braga, merecia a nossa homenagem e o nosso aplauso. Os Bombeiros Voluntários de Braga eram uma corporação vocacionada para o socorro, tanto na saúde como nas emergências. Para além das situações de fogo, atendiam uma média de trezentos e cinquenta a quatrocentas situações de emergência de saúde, assegurando, também, o transporte de doentes não urgentes, para realização de tratamentos médicos muito variados. Na nossa memória estavam as forças de intervenção no terreno em situações de emergência, especialmente após a época de incêndios de dois mil e dezasseis, muito intensa e dramática. A sociedade bracarense respondeu afirmativamente ao apelo dos Bombeiros Voluntários de Braga, para colmatar as falhas de existências no seu quartel, nomeadamente, as faltas de água e bens alimentares de consumo rápido. De entre as várias dificuldades com as quais a corporação tinha vivido, a questão financeira era a principal. A questão financeira nunca poderia ser o obstáculo ao bom nome da organização e dos seus membros, nem muito menos poderia colocar em risco a capacidade de prestar socorro, pois era aí que residia a essência e a sua razão de existir. O esforço para equilibrar as contas estava a dar resultados e os resultados operacionais já eram positivos há dois anos consecutivos. Um dos aspetos de melhoria da gestão tinha sido o esforço para rentabilização e renovação*

*da frota de viaturas da corporação. O plano de investimento em novas viaturas ascendia a duzentos e cinquenta mil euros, apostando-se, agora, na substituição de viaturas antigas, com custos de manutenção elevados, por viaturas mais recentes, menos onerosas e mais eficazes para o serviço exigente e para a utilização intensiva a que estavam sujeitas. O capital humano, que já era superior a cento e vinte operacionais, tinha sido contemplado com um exigente e regular processo de formação, dotando assim a corporação das competências técnicas adequadas para o cumprimento da sua missão. Quanto às atuais instalações do quartel dos bombeiros, era por demais evidente, uma necessidade de melhoria, para disponibilizar uma maior capacidade de resposta e maior conforto aos operacionais da corporação. Sem prejuízo da operação de reabilitação do quartel, aprovada para financiamento por fundos comunitários no POSEUR, justificava-se uma solução mais duradoura e sustentável para os Bombeiros Voluntários de Braga, a qual passaria, no futuro que se desejava próximo, pela mudança para um novo quartel. A atual Direção iniciou uma campanha de apelo à angariação de sócios para os Bombeiros Voluntários, pois uma associação seria tão mais forte quanto mais sócios tivesse. Esse era, sem dúvida, o caminho mais sustentável e responsável para ajudar os Bombeiros Voluntários de Braga a ultrapassar as dificuldades que ainda atravessavam. “Porém, não será a única. Tendo em conta o relevantíssimo serviço público, constante e permanente que os Bombeiros Voluntários de Braga realizam em prol do bem-estar e da segurança da população, bem como do património do Concelho, cumpre ao Grupo Municipal do CDS-PP apelar ao executivo do Município de Braga, que reforce o apoio com que contempla a Associação Humanitária dos*

*Bombeiros Voluntários de Braga, como forma de auxiliar à sustentabilidade desta organização mas, também, de reconhecer a sua inquestionável relevância para o bem-estar dos cidadãos de Braga”. Posta à votação foi a referida recomendação **aprovada por unanimidade**. Passou a usar da palavra o Sr. Deputado do P.S., **ARTUR JORGE DE OLIVEIRA FEIO**, para, numa **Declaração Política**, revelar que: “o primeiro mandato de Ricardo Rio como presidente da Câmara Municipal de Braga aproxima-se do fim e constitui, a cada dia que passa, uma angustiante desilusão, um emaranhado de trapalhadas sem solução, um reinado de opacidade, apesar da propaganda diária, e uma girândola de promessas não cumpridas. Trata-se de um mandato que sabe a “muito pouquinho” para a maioria dos bracarenses, incluindo uma boa fatia daqueles que acreditaram na propaganda e têm agora uma mão cheia de festas, festinhas, festarolas, ou seja, quase nada”. A credibilidade da ação política assentava primordialmente na palavra de honra que traduzia a exigência de cumprimento de promessas e foram muitas as que fez. Era de mãos vazias que Ricardo Rio se ia sujeitar a uma nova campanha eleitoral, depois do seu gabinete de propaganda ter construído uma auréola de mudança que irradiava uma atmosfera favorável e uma luz de esperança para a vida de todos os munícipes. Nestes quase quatro anos, essa luz de esperança foi-se dissipando e os créditos de Ricardo Rio esfumaram-se em desencantos porque não teve arte nem engenho de Luís de Camões para superar os obstáculos que conhecia bem. Preferiu antes olhar para o seu umbigo, inundou os bracarenses com anúncios, quando os eleitores pediam respostas, prolongando durante anos uma campanha eleitoral, com desejos, com propagandas, quando os bracarenses exigiam cumprimento da palavra dada. “A reversão do estacionamento à superfície – um falhanço em toda a linha quando era a primeira das medidas; é Mentira? Não, é verdade. A*

*construção do Eco parque das Sete Fontes – outro falhanço indesculpável — era a bandeira primeira que cedo foi arreada e esquecida; É mentira? Não, é verdade. A regeneração urbana e requalificação dos centros comerciais de primeira geração foram apontadas como uma primeira necessidade, mas foi sempre adiada até que a cidade se esvazie de gente, de vida e de alma; é mentira? Não é verdade. A reabilitação da Fábrica Confiança — um negócio bom em contraponto com as Convertidas — foi chão que deu uvas; é mentira? Não, é verdade. A concretização de investimentos de vulto nos transportes que não apareceu, chegando só o dinheiro para se comprar alguns autocarros velhos e cansados; é mentira? Não, é verdade. E quanto ao comércio tradicional desprotegido, Ricardo Rio voltou-lhe as costas e virou-se para a construção das grandes superfícies comerciais, com tal sofreguidão que passou por cima do cumprimento da lei, com todas as trapalhadas na Quinta das Portas e ilegalidades como no Leroy Merlin, onde se viola grosseiramente o PDM e o projeto aprovado na Câmara Municipal; é mentira? Não, é verdade. Ricardo Rio vai em quatro anos de um campeonato da opacidade da qual é monumento maior o recente relatório da ERSAR sobre o acordo de gestão da AGERE, escondido aos bracarenses e só revelado por exigência e requerimento dos vereadores do PS. Por que escondeu este relatório dos bracarenses? Porque ele diz só isto: “considerando que a minuta em análise contém disposições contrárias à lei e ao regulamento tarifário, recomenda-se expressamente a revisão da proposta de contrato de gestão delegada no sentido de incluir e atender aos comentários produzidos no presente parecer, dando conhecimento à ERSAR da minuta revista do contrato previamente à sua assinatura”. Por que escondeu este relatório dos bracarenses? Porque, de forma clara e concisa, a autoridade reguladora contradiz o presidente da Câmara de Braga quando, em reunião do Executivo, disse que “não há nenhum parecer*

*emitido pela ERSAR sobre esta matéria”. Qual criança apanhada em diabruras, Ricardo Rio tentou escamotear a realidade, referindo apenas “alguma troca de informação (...) entre a Agere e a ERSAR”. Por que escondeu este relatório dos bracarenses? Porque o “parecer sobre a celebração de contrato de gestão delegada” desenvolve, ao longo das suas quarenta e quatro páginas, todo o processo, ficando perfeitamente clara a extraordinária lentidão do município a prestar os esclarecimentos solicitados - mais de oito meses - facto que contraria outra vez a explicação de Ricardo Rio, que tentou responsabilizar a ERSAR por um atraso que é de inteira e exclusiva responsabilidade da Câmara de Braga. Por que escondeu este relatório dos bracarenses? Porque, futuramente, a nova proposta a ser obrigatoriamente submetida à entidade reguladora, haverá um novo parecer que será favorável na medida em que sejam corrigidas as tais “disposições contrárias à lei”, penalizadoras para os utilizadores. A ERSAR sublinha que a competência para a fixação das tarifas terá que se manter na esfera do município, não podendo ser alienada à AGERE, como pretendia a proposta. Por que escondeu este relatório dos bracarenses? Porque se afigura cada vez mais claro que não existe vontade política de Ricardo Rio para resgatar a concessão, a expectativa é que as questões do contrato de gestão delegada e do contrato programa sejam rapidamente resolvidas. Este atraso complica a saúde financeira do Município pois, mais tarde ou mais cedo, vai ter que pagar a fatura das indemnizações compensatórias por força dos contratos-programa não celebrados nos últimos anos. Não se configura aqui gestão danosa dos dinheiros públicos, dos impostos dos contribuintes? Por que escondeu este relatório dos bracarenses? Não tenhamos medo das palavras. Ricardo Rio, Presidente da Câmara Municipal também não mostra receio em ser, simultaneamente, o presidente do Conselho de Administração da Agere”. Os bracarenses esperavam que a estabilidade financeira*

*da empresa municipal, detida maioritariamente pelo município, e a garantia do serviço público por ela prestado deveria ser uma preocupação dos representantes do município no Conselho de Administração. “Pelos vistos, Ricardo Rio pensa que essa deve ser uma preocupação dos privados. Ricardo rio exhibe — em resposta às perguntas do PS — a propaganda de uma gestão eficiente - “redução de custos”, “otimização de serviços”, “renegociação de contratos”, redução de tarifas às IPSS, Juntas de Freguesia e famílias numerosas. Já em dois mil e dezasseis, acenava com um dos trunfos para as próximas eleições: a redução de dois e meio por cento no tarifário da água para todos os consumidores, mas esqueceu ou quis ignorar (o que é mais grave) a acumulação de lucros e a distribuição de dividendos pelos acionistas”. Braga era servida por quinze ETAR's construídas nos últimos quarenta anos, tendo a de Frossos começado a trabalhar em mil novecentos e noventa e seis, com um caudal máximo de trinta e quatro mil metros cúbicos e preparada para quarenta e dois mil metros quadrados e uma população de duzentos e trinta mil habitantes. Acontecia que, em dois mil e quinze, o caudal máximo de água tratada ultrapassou os quarenta e três mil metros cúbicos, o que traduziu uma “qualidade de serviço mediana”. Estes números mostravam também que se incumpriram alguns parâmetros da licença da AGERE, especialmente nos NH três e coliformes fecais, o que obrigava a AGERE a desviar parte do caudal para nova ETAR a construir no Vale do Este e a beneficiar a ETAR de Frossos. Estes investimentos tinham sido adiados e estavam calendarizados para este ano, enquanto a Ribeira de Frossos, curso hídrico sensível para o rio Cávado, continuava a receber a descarga efluente “tratada” nestas condições deficientes. Para atenuar esta situação, a AGERE planeava construir um exutor que desviasse a carga da Ribeira de Panoias... e, por isso, do rio Cávado, “apenas em dois mil e trinta”. Quanto à nova ETAR do Vale do Este – tábua de salvação da ETAR de*

*Frossos — a ERSAR notou que o dispêndio de dezoito vírgula oito milhões de euros foi apresentado sem mencionar os dados de dimensionamento nem a população servida, pelo que “não é possível avaliar a razoabilidade do montante previsto”. Acresciam dúvidas sobre o calendário desta ETAR do Vale do Este: cento e cinquenta e um mil euros para estudos em dois mil e dezasseis, cento e quarenta e dois mil euros para elaboração do projeto só em dois mil e dezanove e duzentos e setenta mil euros para adquirir o terreno em dois mil e vinte, sem falar o estudo de impacto ambiental ou nos fornecimentos “diversos” para dois mil e vinte e dois mil e vinte e um no valor de quase meio milhão de euros. Porque escondeu este relatório dos bracarenses? Porque a ERSAR aconselhou a necessidade de “duplicação da capacidade instalada desta ETAR de Palmeira, tendo em atenção as reais e efetivas necessidades do sistema e que pode ser aumentado o número de horas de funcionamento diário desta instalação” (além das atuais dezoito horas). Estavam a falar de bens essenciais: o abastecimento de água e o saneamento básico, com todas as implicações na qualidade de vida dos bracarenses e do ambiente. Não estavam a falar de festinhas e festarolas que enchiam os jornais com fotografias do senhor presidente. “Sim, o senhor presidente que, na sua torre de marfim, mantém a sua atitude teimosa, prepotente e incoerente ao adiar a aplicação das trinta e cinco horas a todos os trabalhadores municipais, gerando desigualdades e mal-estar entre eles e prejuízos na qualidade dos serviços. A teimosia da atual maioria PSD/CDS pode causar graves prejuízos ao município e traduz um desrespeito pelos compromissos assumidos e, como em outras áreas da ação municipal, sempre adiados. O desprazer é tão antidemocrático que chega ao ponto de rejeitar uma reunião com o STAL (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local) numa manifesta falta de respeito pelos valores da democracia e mais um ato de prepotência sobre os*

*trabalhadores”. O PS lembrava uma moção aprovada em finais de dois mil e quinze na Assembleia Municipal de Braga, quando o Município era o único do distrito de Braga que não aplicava a lei das trinta e cinco horas, e que, num claro desprezo pela Assembleia Municipal de Braga, não foi respeitada de imediato. Já em setembro de dois mil e dezasseis, o PS voltou a condenar essa atitude de desprezo sobranceiro por quem trabalhava, por parte do presidente da Câmara Municipal de Braga, que continuava a negar o direito às trinta e cinco horas a centenas de trabalhadores municipais. Com a entrada em vigor da lei — por imposição da Assembleia da República — o PS não entendia qual era a coerência de Ricardo Rio para manter quatrocentos trabalhadores com quarenta horas semanais de trabalho. Ricardo Rio mostrava toda a sua má-fé nesse processo: não hesitava em manter a discriminação de trabalhadores que antes queria combater. “O PS sublinha a ironia desta postura retrógrada num momento em que assiste a uma luta maior pela igualdade de tratamento dos trabalhadores de que é exemplo o acordo histórico das empresas de calçado, o qual, pela primeira vez, aprova a igualdade de salários para os trabalhadores que desempenham funções do mesmo nível profissional, independentemente do género. Em Braga, dentro do universo municipal, Ricardo Rio fomenta a desigualdade injustificada, prepotente e inconstitucional. Também neste capítulo, depois da festarola do primeiro ano, com Herman José, a relação com os trabalhadores municipais passou a ser envergonhada e desabou num clima de tensão”. Outra **Declaração Política** foi presente, agora pela **Sr<sup>a</sup>. Deputada do P.S.D., MARIA ESTER DA SILVA TAVEIRA**, destacando que foi, no pretérito dia vinte e cinco de abril, Dia da Liberdade, inaugurado, pelo Município de Braga, o Gabinete de Informação e Acompanhamento/Acolhimento para a Igualdade (GIAPI). Tratava-se de um serviço municipal de promoção da cidadania e da igualdade de género, cujo*

objetivo primacial era prestar apoio a vítimas de violência doméstica e de género. Desenvolver-se-ia de forma complementar e/ou em parceria com outras estruturas locais ou concelhias que, direta ou indiretamente, lidavam com esta problemática, tão candente na sociedade portuguesa de hoje. Para o trabalho a desenvolver, o GIAPI contava com uma equipa técnica em formação contínua, constituída por três técnicos, dois do Município e um da Bragahabit, equipa que asseguraria, por um lado, o atendimento, informação e acompanhamento de vítimas de violência doméstica, por outro, o funcionamento de unidades residenciais de transição de vítimas em processo de autonomização, provenientes de casas de abrigo. Ora esta nova resposta social municipal, envolvendo um investimento de quase quatrocentos mil euros, provindos de fundos comunitários oportunamente aproveitados, revestia-se de uma enorme importância para a sociedade, que a desejava e dela necessitava. Proteger, recuperar, empoderar vítimas de violência doméstica era promover a defesa dos direitos humanos e constituía importante dever que impendia sobre todos os cidadãos, instituições e políticas sociais responsáveis. Por isso, era tempo de congratulação por mais essa iniciativa do Executivo Municipal, que, clarividente e socialmente sensível, a implementou e envidou esforços para que ela visse a clara luz do dia, através da parceria estabelecida com a Delegação Regional Norte da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), cujo protocolo de colaboração seria brevemente assinado. Interveio, depois, o **Sr. Deputado da C.E.M., MANUEL CARLOS FERREIRA DA SILVA**, para, noutra **Declaração Política**, referir que se associavam às celebrações do vinte e cinco de abril e às conquistas que elas significaram para Portugal e para os Portugueses. Contudo, gostariam de dizer que a Câmara de Braga promoveu, e bem, o dia internacional da dança com atividades durante sete dias (vinte e três a trinta de abril) com dezenas de atividades no centro da cidade, mas nesta quadra em que

*comemorávamos o vinte e cinco de Abril a Câmara Municipal de Braga não se dignou realizar um único momento evocativo ao vinte e cinco de Abril. Ou, se quisessem, nenhuma música nem dança por Abril! Por exemplo, por que era a Câmara, ciosa dos desfiles em torno da Braga Romana e da Braga Barroca - que não de investimento nesses patrimónios -, não se dignou associar-se à exposição de fotografias de José Delgado, recentemente falecido, sobre o espólio único desse fotógrafo sobre festejos no amanhecer do vinte e cinco de Abril nas ruas de Braga?*

*“Mas, senhor Presidente e vereadores, senhores deputados e bracarenses, não se preocupem, pois a nossa cidade de Braga vai ser a Braga Street Stage dentro de duas semanas! E o que vamos ter? De facto, a cidade vai converter-se num local inabitável, inacessível, intransitável para o comum dos seus residentes. Tudo porque, uma vez mais, a Câmara Municipal decidiu que valia muito a pena "vender" a cidade, desta vez ao automobilismo. O Rally, a tal Braga Street Stage, vai literalmente expulsar muitos dos residentes e comerciantes do centro histórico, pois não haverá espaço para tanto forasteiro, equipas, patrocinadores, além de que é preciso pagar para ver o espetáculo. Diz a Câmara de Braga que a cidade vai ser promovida em todo o planeta terra, já que, como refere o Dr. Ricardo Rio, os olhos do mundo vão estar voltados para Braga. Ora, à velocidade que os carros passam, está-se mesmo a ver que os telespectadores planetários terão muitas oportunidades para ver a Sé e as nossas bonitas praças, o que levanta muitas dúvidas sobre a necessidade de trazer tanta balbúrdia, ruído, desgaste do piso, abate de árvores, e muitos outros incómodos e prejuízos”. Claro que o Rally de Portugal era sempre uma oportunidade para promover Braga, mas isso aconteceria, sobretudo, através das reportagens que seriam feitas para lá da prova, como bem sabiam. Mas, se assim era, por que era que o Rally não foi ocupar o seu lugar natural, que era o Autódromo de Palmeira? Os hotéis de Braga*

enchiam-se na mesma, o comércio ganhava e não era preciso fechar as lojas aos comerciantes - enganados sobre os grandes negócios que iam fazer mas já não podiam - e as reportagens a promover a cidade não haviam de faltar. “E não vale a pena dizer que o Porto também fez, porque com o mal dos outros podemos nós bem. Mas, já agora, se quiser imitar o Rui Moreira, imite-lhe também as coisas boas: arranje uma solução para o São Geraldo, tal como ele arranjou para o Cinema Batalha. Quer outro exemplo? Promova uma política de habitação social que comece por ouvir as pessoas, tal como foi feito para a recuperação das ilhas do Porto, e não como os senhores fizeram com Santa Tecla, onde apresentaram um projeto que não teve a menor participação dos moradores. E, para terminar, façam-nos um último favor: não diga coisas que o envergonham a si e eventualmente a quem em si votou: dizer, como contrapartida pelo fecho das lojas, que os comerciantes podem ganhar muito alugando as suas varandas, não lembra sequer ao diabo. Pode apelar aos bons ofícios de patronos da estrutura eclesiástica, como o fez ao longo deste mandato em muitas cerimónias, para além das festas e festinhas. Mas não diga que Deus votaria em si. É muita coisa efémera, balofa e com falta de obra digna de nome para um mandato de quatro anos!”. A **SRª. PRESIDENTE DA MESA** informou que por decisão da Conferência de Líderes, teriam, agora, antes de entrar na ordem do dia, um ponto prévio, que passaria a ler: “A Conferência dos Líderes dos Grupos Municipais da Assembleia Municipal, reunida em onze de abril de dois mil e dezassete, deliberou por unanimidade, propor à Câmara Municipal a atribuição da Medalha de Ouro do Município ao Deputado Municipal Raúl Alfredo Cardoso Peixoto da Silva, a entregar na sessão ordinária a realizar em vinte e oito de abril. Esta deliberação foi tomada no âmbito das comemorações do quadragésimo terceiro aniversário do vinte e cinco de abril e dos quarenta anos do Poder Local. Breve Nota biográfica: Raúl Alfredo

*Cardoso Peixoto da Silva Militante do PCP. Destacado democrata e opositor do antigo regime, foi membro da Oposição Democrática e pertenceu à Comissão Nacional de preparação do terceiro Congresso da Oposição Democrática, em abril de mil novecentos e setenta e três. Eleito na Assembleia Municipal de Braga pela FEPU (PCP-MDP/CDE-FSP); em mil novecentos e setenta e seis, nas primeiras eleições autárquicas, e em todas as seguintes [entretanto como APU (PCP- MDP/CDE) e CDU (PCP-PEV)], à exceção de um mandato em que integrou a lista candidata à Câmara Municipal. Eleito pela CDU na Assembleia Municipal de Braga no atual mandato (dois mil e treze-dois mil e dezassete). É o único Deputado da Assembleia Municipal eleito na primeira eleição autárquica e ainda em funções. Como Deputado da Assembleia Municipal e líder da bancada da CDU, destacou-se no debate político como uma das figuras marcantes na vida deste órgão autárquico. Teve sempre um papel muito ativo na estruturação do funcionamento deste órgão, tendo colaborado empenhadamente na elaboração e sucessivas atualizações do regimento. Merece particular destaque o trabalho desenvolvido para a consagração nessa sede do direito de petição”. Foi aprovado, por unanimidade, na Conferência de Líderes. Em reunião do Executivo Municipal de dezassete de abril de dois mil e dezassete, também foi aprovado por unanimidade”. Estava prevista a intervenção dos Grupos Municipais, que entendessem pronunciar-se e dava, então, a palavra ao **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para inicialmente dizer que antes de começar a dedicar uma mensagem ao Deputado Raúl Peixoto, dizer que era com natural orgulho que o PS se associava àquela homenagem, que achava que era uma homenagem, e foi esse o espírito com que foi construída no seio da Conferência de Líderes, achava que aquela proposta lavrada pela Sr<sup>a</sup>. Presidente merecia da parte de todos os grupos uma salva de palmas ao Deputado Raúl*

*Peixoto, por aquilo que era o seu contributo à casa da democracia no concelho de Braga. Seguiu-se uma ovação. Passou, depois, a cumprimentar de forma especial e amiga o Deputado Raúl Peixoto. Sabia que não era muito especial fã daquelas coisas de homenagens. O seu estilo mais reservado não combinava bem com aqueles atos públicos de homenagem. Ainda assim da forma como todos os partidos, de uma forma plenamente consensual, alargada e imediata consideraram que o Deputado Raúl Peixoto era digno de receber a Medalha de Ouro da Cidade, por aquilo que eram os seus préstimos à democracia local, também, à democracia nacional. Mas, hoje, de uma forma particular à sua vida e à vida que dedicou à Assembleia Municipal, naturalmente, o PS não poderia de uma forma muito simpática, muito carinhosa, até, deixar de lhe fazer ali aquele preito de homenagem. Dizer ao Deputado Raúl Peixoto que o interveniente não era um Deputado com muitos anos de casa, ainda assim, apesar de jovem, já tinha alguns, e que nem sempre estiveram de acordo, como era natural que acontecesse. Participaram em espetros políticos, que não tinham em todos os momentos e em todas as circunstâncias o mesmo alinhamento ideológico, o mesmo pensamento do mundo, a mesma forma como pensavam sobre a forma como se devia construir a sociedade. Mas havia algo que achava que era indesmentível e que todos ali reconheceriam ao Deputado Raúl Peixoto e que essa era a razão maior da homenagem que hoje lhe dedicavam – a firmeza de carácter, a forma absolutamente vertical como sempre se comportou, do ponto de vista dos princípios, do ponto de vista da ética, do ponto de vista daquilo que era, também num órgão daquela natureza, o serviço público, o serviço à comunidade, pela via da participação política. E, portanto, deixar-lhe um abraço fraterno. Dizer-lhe que era um bom magíster naquela casa. Era uma pessoa com quem teve a honra de poder privar e aprender e esperar que a saúde e a vida longa lhe permitissem continuar connosco*

*mais alguns anos, porque seria um bom sinal para a Assembleia Municipal de Braga poder contar com uma pessoa que, com a sua experiência e com o exemplo que sempre deixou à Assembleia Municipal de Braga. Registou-se, posteriormente, a intervenção do Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA, que disse ser com grande agrado e com grande prazer que em nome do Grupo Municipal do PSD, se associavam àquela homenagem. E era uma homenagem a uma pessoa, a um Deputado, a um Senador daquela casa, que era feito num momento muito especial. Quiseram aproveitar na Conferência de Líderes, a homenagem ao vinte e cinco de abril, aos anos que tinham sob a Revolução, ao Poder Local, e julgava que aquele singular momento e aquela singular homenagem caíam que nem uma luva no seu companheiro Raúl Peixoto. Raúl Peixoto tinha um passado de intervenção política, que vinha desde os tempos das lutas académicas de sessenta e nove, em Coimbra e integrou o movimento de greve aos exames, que foi conhecido. Teve, depois, uma intervenção, enquanto oposicionista, em defesa da democracia contra o regime fascista. Empenhou-se, dedicou-se, deu a cara, quando eram poucos a fazê-lo. Era, entre eles, o único Deputado que fez parte da equipa que arrancou com a Assembleia Municipal em Braga. E, seguramente, que haveria outras figuras e que passaram por aquela casa outras figuras importantes, mas desse património que datava desse tempo, era o único elemento que ali os acompanhava. E era justa e justificada aquela homenagem, porque ao longo da sua intervenção política de todos aqueles anos, apenas com a exceção de quatro em que foi candidato à Câmara, teve sempre um papel determinante na valorização, na dignificação da instituição, mas, sobretudo, na criação e na consolidação da instituição em si, ao nível dos Regimentos e da definição de aspetos fundamentais do seu funcionamento. Estava ali presente o Dr. Marcelino Pires, que, também, muito o acompanhou nesse trabalho. O Dr. Tarroso*

*Gomes era outro que se lembrava que, também, deu preciosa ajuda nesse trabalho, mas seria injusto não reconhecer, que a alma desses processos foi, na maioria das vezes, o Dr. Raúl Peixoto. E, esse trabalho tinha, ao longo do tempo, encontrado sempre uma capacidade de se reinventar e renovar. E queria, precisamente, a esse propósito, lembrar, ali, um empenho particular da sua bancada e de si próprio, que era a consagração no Regimento do Direito de Petição. Não foi um trabalho fácil. Estavam a olhar com alguma desconfiança para a ideia. Arrastaram-se um bocadinho no trabalho. Mas ele não lhes deu qualquer hipótese de que o tema ficasse no tinteiro e, por isso, era, também, dele o mérito de se ter consagrado essa norma, que distinguia aquela Assembleia, que a valorizava e que permitia que tivessem orgulho e honra em terem uma Assembleia que não os envergonhava e que estava, manifestamente, acima da média que eram as Assembleias Municipais do país. E outro elemento distintivo daquela casa que eram as Comissões Especializadas, também em sede de Regimento, já deram grandes discussões, porque já tiveram sete Comissões, duas Comissões, hoje tinham quatro, mas tinham, pelo menos, uma realidade viva, que funcionava, que trabalhava, produzia serviço. E, também, nesse trabalho de estruturação, Raúl Peixoto foi uma peça fundamental e uma pessoa empenhada que desenvolveu o seu trabalho. Permissem-lhe, agora, que mais do que representante da bancada, enquanto Deputado Municipal, que se estreou naquela casa há mais de trinta anos, ainda miúdo, que teve, de facto, o privilégio de conhecer gente importante, gente relevante, que deu ao longo dos anos o melhor de si àquela casa, queria dizer-lhes que tinha uma marca desses primeiros tempos, quando o Dr. Raúl Peixoto, o Dr. José Manuel Mendes e Dr. Tarroso Gomes pai, eram uma espécie de tripla maravilha daquela Assembleia Municipal, que muito os impressionou, que muito lhes ensinou e, sobretudo, que muito valorizou aquela casa. Era, por isso, com*

orgulho, que o tínhamos, hoje, entre nós e puderam ter a oportunidade de reconhecer e de expressar a sua gratidão por tudo o que tinha feito. Sabiam que na maior parte das vezes não estiveram de acordo em relação às ideias. Lembrava, ali, particularmente, um dia em que teve a veleidade de aprovar uma moção a condenar a ditadura em Cuba, em que teve a oportunidade de o ver, verdadeiramente, virado do avesso e foi, de facto, um osso duro de roer e, apesar de estar numa posição maioritária, confessava-lhes que ficou um bocado embaraçado com a tempestade que provocou. Mas aquela alma, aquele empenho, aquele calor, aquela teimosia, às vezes, era, de facto, a marca de quem se empenhava, de que acreditava e, sobretudo, que dava tudo de forma genuína àquela casa, o que servia, obviamente, para valorizar e isso deveria, também, engrandecer a todos. Obrigado Raúl Peixoto. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES**, que disse: “Meu caro Raúl Peixoto este é o teu momento, este é o momento em que nós de forma justa e singela, mas, também, sentida, nós Grupo Municipal e todos nós membros da Assembleia, te prestámos esta homenagem”. Era uma homenagem, como disseram, e muito bem, Pedro Sousa e João Granja, de reconhecimento óbvio de um trabalho, que começou há mais de quarenta anos e que tinha história, tinha memória e que tinha obra feita. “E, portanto, quando assim era as homenagens ficavam muito mais naturais e eram efetivamente a justa retribuição, a justa recompensa que em vida deviam receber, que depois de partir servia para os que cá ficavam e a memória não ficaria guardada também contigo. E permitissem que fizesse, ali, um pequeno enquadramento e recordasse uma entrevista que o líder do PCP, secretário-geral, deu a um jornalista e que, então, o jornalista lhe perguntava quais eram as pessoas que enfrentou na vida política, com quem tinha aprendido uma lição e que lição seria essa. Ao que Jerónimo de Sousa respondeu:

“com Amaro da Costa, quando um dia, numa pequena conversa, ele dizia que:”  
não temos nada em comum, a não ser uma coisa, sabemos muito bem o que queremos”. Era uma lição, era uma aprendizagem, que muitas vezes ajudava a clarificar as coisas. Isso foi dito por um Senhor que já partiu e, portanto, essa mesma situação, que foi dita há vários anos, perto de quarenta, era a mesma situação que acontecia com Raúl Peixoto. Viviam em lados opostos, em termos ideológicos, mas ambos sabiam muito bem o que queriam, o que não invalidava, o que não os ilibava de trabalharem juntos em prol do nosso concelho. E o facto do Raúl Peixoto ser o eleito mais antigo daquele órgão, desde a sua primeira sessão, refletia bem o reconhecimento não só que o partido, mas que a população de Braga lhe reconhecia e lhe entregava e isso era, também, um bom exemplo da forma de vivência democrática, da forma de trabalho contínuo, em prol daquilo que ele acreditava, em prol daquilo que todos acreditavam, que era uma maneira melhor de tornar Braga, uma maneira de tornar Braga mais amiga e mais desenvolvida. E era essa lição de democracia, saber viver com as diferenças, mas trabalhar em prol do bem comum. “Portanto, Raúl Peixoto muito obrigado e muito bem-haja por tudo o que fizeste”. A palavra foi depois dada ao **Sr. Deputado da C.E.M., MANUEL CARLOS FERREIRA DA SILVA**, para salientar que em boa hora e, muito especialmente, caro Raúl Peixoto, os grupos políticos presentes naquela Assembleia Municipal, acolheram a proposta de homenagear o Raúl Peixoto, justamente, por aquilo que ele justificou ao longo de todos aqueles anos de democracia, mas, também, pela sua luta anti fascista, como resistente anti fascista. Em boa hora, também a Câmara Municipal de Braga acolheu aquela proposta saída da Conferência de Líderes e atribuiu, reconhecendo o mérito a Medalha da Cidade, por aquilo que ele significou e significava na nossa cidade de Braga. Certamente, não poderiam deixar, mais uma vez, de salientar o papel

*importante na sua resistência anti fascista, mas, também, e disso era testemunha em dois mandatos naquela Assembleia, por aquilo que ele representou, em termos de proposta, em termos de discussão, em termos de estudo dos documentos e, sobretudo, em termos de proposta nos processos de debate e de decisão política. Nessa situação, gostava de salientar, sobretudo, a sua verticalidade ética e política, porque lhe parecia ser cada vez mais um bem raro, mas que se devia apreciar, perante quem era um combatente como foi e era Raúl Peixoto. Gostava de salientar e permitissem-lhe que dissesse naquele momento, não só a Raúl Peixoto, mas, também, à CDU, aos demais partidos políticos, aos Bracarenses, que aquela homenagem teve um inspirador ou alguém que lhes sugeriu e gostava de salientar ali, que essa pessoa foi Henrique Barreto Nunes, um intelectual, ativista, homem culto sobre a cidade de Braga, estudioso e que sugeriu à CEM, de que ele era apoiante ativo, à Paula Nogueira e a si próprio, para colocar em sede da Assembleia, melhor, junto da Sr<sup>a</sup>. Presidente da Assembleia e aos demais partidos, para que fosse acolhida por todos aquela proposta. E dizia, mais uma vez, ainda bem e otimamente que foi acolhida por todos. E, nesse sentido, gostava de salientar, em todo o caso, aquele papel de Henrique Barreto Nunes, atento ao que se estava a passar na cidade de Braga, ao longo de todos aqueles quarenta anos. Congratulavam-se não só por ser aceite aquela iniciativa e aquela promoção daquela homenagem, mas, também, ao Raúl Peixoto e à CDU, da parte da CEM, gostava de salientar o desejo de trabalharem mais em conjunto, uma vez que aquilo que os unia era muito mais do que aquilo que os separava. E, certamente, tendo consciência de que o sujeito transformador das necessárias mudanças em termos sociais, políticos nesta cidade, em Portugal e no mundo, era justamente, com aquele contributo, com aquela convergência de forças progressistas e esperavam que isso tivesse eco, também, na cidade, porque perante a situação que*

*estavam a assistir não só na cidade, mas, também, no país e no mundo e perante um capitalismo arrogante, hegemónico e imperialista, com novas fases de imperialismo, evidentemente, necessitavam de convergir e de ter muita força, para lutar contra esse obstáculo fundamental, que tinham pela frente. Evidentemente que significava ali as convergências que podiam ter, embora estivessem em posições minoritárias, bastava ver as propostas naquela Assembleia da CDU ou da CEM eram minoritárias, mas esperavam que isso vingasse com o tempo e que a utopia ou, se quisessem, o sonho que comandava a vida, no futuro, nos trouxesse uma sociedade mais justa, mais solidária ou menos desigual, pelo menos. Parabéns, porque merecia aquele voto de homenagem. Interveio ainda a **Sr<sup>a</sup>. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, para referir que:*

*“Dirigimos uma enorme saudação à comemoração do Poder Local Democrático. A todos e todas que o construíram e que o defendem, todos os dias. Ancorado nos valores de Abril, tornou possível a esperança e a dignidade logo nos primeiros anos da democracia, levando a todo o país conquistas ímpares para a recuperação do atraso infraestrutural de que sofria, ao mesmo tempo que alargava a participação popular e aproximava as populações das decisões políticas. Neste sentido, saudamos também o papel das Assembleias Municipais no exercício e garantia da democracia, no esforço por marcar a discussão política nos municípios e dar expressão às propostas dos seus eleitos, ao seu trabalho e à sua dedicação. Embora muitas vezes este órgão seja visto como um de papel secundário – já que não está na primeira linha de atendimento e contacto com as populações – ele é, no fundo, dos mais estruturais no que diz respeito às decisões políticas tomadas em cada lugar. Garantir uma Assembleia Municipal democrática e participada é garantir um município mais plural, mais transparente e mais representativo. Estamos hoje, pois, a homenagear o papel que, enquanto eleitos,*

*podemos e devemos ter: de obreiros da democracia e do Poder Local Democrático. Orgulhamo-nos de ser, na CDU, homens e mulheres de Abril; um coletivo de homens e mulheres que, juntos, contribuem para o enriquecimento do Poder Local Democrático com a sua abnegação, com a conjugação dos seus esforços, das suas disponibilidades, das suas características pessoais, das suas capacidades. É desta forma também que hoje, aqui, nos associamos orgulhosamente a esta homenagem a um destes eleitos, a um destes homens de Abril: o nosso querido camarada Raúl Peixoto. Estudante em Coimbra na altura da crise académica de sessenta e nove, membro da Oposição Democrática, eleito nesta Assembleia Municipal logo em mil novecentos e setenta e seis, mantém até hoje, comprovadamente, o traço da combatividade, da abnegação e da dedicação na sua intervenção política, dando expressão e rosto, junto dos seus camaradas ao longo de todos estes anos, ao projeto distintivo e alternativo da CDU, e à forma honesta e responsável com que os seus eleitos representam o seu Partido, o PCP, onde quer que estejam. Raúl Peixoto, reconhecido democrata, destacado comunista, sempre esteve nesta casa da democracia para servir as populações e fê-lo sempre com amor à causa a que aderiu há muito e ainda hoje persegue. Viva o Poder Local Democrático! Viva a CDU e bem-haja Raúl Peixoto”. Após uma grande ovação, o **Sr. Deputado da C.D.U., RAÚL ALFREDO CARDOSO PEIXOTO DA SILVA** tomou o uso da palavra para, dizer que aquela era, provavelmente, a intervenção mais difícil que tinha feito até hoje na Assembleia Municipal. E ainda bem que não levaram o segredo até àquele momento, porque se o fizessem, estava completamente incapacitado de lhes dizer fosse o que fosse. Porque quando soube que iriam fazer uma homenagem, a sua primeira reação foi de perplexidade absoluta, sem perceber o que lhe estava a suceder. E, portanto, seria incapaz, nesse momento, de lhes agradecer e muito mais agradecer condignamente. Desde já lhes dizia que*

*condignamente seria muito difícil agradecer o que lhe tinham feito. Reconhecia que na Assembleia Municipal deu aquilo que sabia, o melhor e o que pode. O que podia, talvez não, porque uma pessoa podia sempre dar mais um bocadinho. Mas o melhor de si, isso deu. Reconhecia, também, que nem sempre, isso era impossível, mas algumas vezes, contribuiu para a elevação dos trabalhos daquela Assembleia Municipal. Mas nunca lhe passou pela cabeça, nunca, que valorizassem o seu trabalho da maneira como valorizaram e, principalmente, com as palavras que lhe atribuíram. O seu muito obrigado. Estava extremamente sensibilizado, elogiado e claramente agradecido, tanto mais que ao tomarem aquela decisão, ao abrirem aquele precedente, criaram-lhe uma responsabilidade para o futuro que não iria ser fácil de gerir. Mas como se não bastasse que lhe atribuísem aquelas palavras e desde já lhes dizia que as palavras proferidas eram o máximo de gratitude que poderia ter recebido, ainda se empenharam para que a Câmara Municipal participasse naquela homenagem. E a Câmara Municipal, que poderia ter feito uma simples declaração e que para si era mais do que suficiente, resolveu fazê-lo da forma mais nobre, atribuindo-lhe aquela condecoração. Também, para a Câmara Municipal, o seu muito obrigado, na pessoa do Sr. Presidente e de todos os Vereadores. Já agora, permitissem-lhe que fizesse um bocado de história, porque na questão de princípios isso era importante. Foi no primeiro ou no segundo mandato, já não tinha bem presente, que houve uma Comissão daquela Assembleia, para se deliberar sobre a heráldica da cidade, sobre a toponímia, exatamente sobre aquele Regulamento. Não tinha memória se aquele Regulamento era o que aprovaram, se era o anterior com modificações, se ele já tinha sido reformulado, mas nos princípios gerais era aquele o Regulamento da atribuição das condecorações. Dessa Comissão fez parte o Dr. Tarroso Gomes e ele próprio. E depois de verificar o Regulamento, verificou, também, que houve algumas*

*propostas suas, que mais uma vez não foram acolhidas. Na toponímia, propuseram, por exemplo, que a atribuição de nomes a ruas, praças ou espaços públicos só seria possível dez anos após a morte do indivíduo. Não foi aceite. Nas entregas das condecorações, propuseram, também, que a deliberação fosse acompanhada de um texto explicativo quer dos motivos, quer dos limites e dos contornos da atribuição. Isso, porque se verificassem, naquele alçapão cabiam muitas coisas distintas. Havia pessoas distintas e era preciso distingui-las com aquele texto. Ainda bem que naquele caso existia um texto. Não conhecia os pressupostos em que a Câmara Municipal deliberou entregar-lhe a medalha, mas esses contornos estavam perfeitamente delimitados no texto que a Sr<sup>a</sup>. Presidente leu. Não se tratava, pois, de uma homenagem da cidade de Braga a um cidadão, longe disso, nada disso. Tratava-se sim de uma homenagem de uma Assembleia a um seu membro pelo trabalho nessa mesma Assembleia e a que a Câmara Municipal, generosamente, resolveu, também, participar. A todos, mais uma vez, o seu muito, muito obrigado. Como disse, seria incapaz de condignamente agradecer aquilo que fizeram. “Mas, já agora, permitam-me, então, para colmatar este meu defeito, que vos dê, também, uma prenda em retribuição da prenda que me deram. A próxima Assembleia Municipal será, se a cidade de Braga não tiver o discernimento de votar em cem por cento na CDU, a minha última Assembleia Municipal, pelo que este discurso não é só um discurso de agradecimento, é, também, um discurso de despedida. Hoje, quando estava a pensar no que vos havia de dizer e como é que eu vos podia agradecer, havia sempre uma frase que não sei porque cargas de água martelava na minha cabeça. Era uma frase daquelas típicas que se costuma utilizar nestes discursos de agradecimento e que era muitas vezes utilizada na Academia de Letras do Brasil, pelas entidades que o faziam, e que diziam eles que estas homenagens massajam o ego do homenageado, mas*

também lhes criam altas responsabilidades. Eu considero que sou muito mais esperto que aquela gente, porque no dia em que vocês me massajaram o meu ego, eu vou alijar as responsabilidades. Caros colegas, eu deveria ser muito mais prolixo nos agradecimentos. Vocês mereciam por aquilo que me fizeram. Mas creiam, pelo menos na sinceridade e estou extremamente sensível e agradeço imenso o que fizeram, assim como também apresento as minhas despedidas. Meus caros amigos até sempre”. Seguiu-se uma ovação. Passou-se à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DA ATA DO DÉCIMO PRIMEIRO MANDATO NÚMERO VINTE E TRÊS BARRA DOIS MIL E DEZASSETE, DE DEZASSETE DE FEVEREIRO.** Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a ata do décimo primeiro Mandato, número vinte e três barra dois mil e dezassete, referente à sessão ordinária de dezassete de fevereiro. Posta à votação foi a referida ata **aprovada por unanimidade.** **PONTO NÚMERO DOIS – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA DE DOIS MIL E DEZASSEIS.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l), do número dois, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dezassete de abril em curso, relativa aos Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Braga de dois mil e dezasseis, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à discussão, passou a usar da palavra a Sr<sup>a</sup>. **Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS,** para, inicialmente dizer que depois daquele momento não era fácil fazer daquela longa intervenção, até

*pela responsabilidade que o Raúl Peixoto descartou de si, mas deixou neles, eleitos da CDU, e, portanto, tentariam e lá estariam. “ Chegamos ao último ano de mandato. Ano em que o orçamento executado pela Câmara Municipal já não pode, de forma alguma, ser imputado a mais ninguém a não ser aos partidos que sustentam a maioria em Braga. Ao logo destes quatro anos ouvimos falar de constrangimentos, esqueletos, impossibilidades, falta de financiamento e incapacidade. Ouvimos variadas vezes as mesmas justificações para problemas e decisões diferentes, ao mesmo tempo que nos deparámos com relatórios e prestação de contas como este: com um investimento muito fraco e muito aquém das necessidades do município. Às críticas que lhes fomos dirigindo, respondeu muitas vezes o Presidente desta Câmara com “digam-me onde está o dinheiro para isso” ou “estávamos de mãos atadas quanto áquilo”. A verdade é que hoje, no final deste mandato – ou muito perto dele – parece haver alguns investimentos. Três milhões de euros para a requalificação do eixo desportivo da Rodovia, onde se pretende esbanjar os fundos que parece não haver para aglomerar de uma só vez tudo o que parece faltar à prática desportiva em Braga. Ou a promessa de investimento próprio para aquisição de viaturas elétricas para os TUB, caso o financiamento comunitário falhe, quando desde o início do mandato reclamávamos a renovação da frota dos transportes públicos, necessidade mais do que visível e que devia ter sido assumida pela Câmara Municipal logo desde o início. Acusámos esta maioria de sustentar quase em exclusivo os seus orçamentos em fundos comunitários, criticando a opção de não criar prioridades para onde canalizar o investimento próprio da Câmara Municipal; compreendemos que tenham guardado o conselho para o último ano de mandato. Mas não é sério, diga-se”. Lembraram, por diversas vezes, as linhas mestras do programa com que PSD/CDS/PPM se apresentaram como a mudança para Braga, e que caíram por terra ao longo do*

*mandato. O Parque das Sete Fontes continuava por fazer. A Fábrica Confiança deixou de ser estratégica para a maioria de direita, que usou e abusou da sua importância em período eleitoral em dois mil e treze, e agora queria aliená-la. A requalificação do PEB arrancava, finalmente, nos próximos dias; já a data da requalificação do Mercado Municipal será, provavelmente, anunciada mais para a frente. As requalificações do parque escolar ainda aguardavam início na sua quase totalidade, embora os alunos das escolas visadas estivessem já desde o início deste ano letivo a ter aulas nos contentores colocados como espaço alternativo enquanto as obras durassem. No entanto, do que se tinha estabelecido como prioritário, que era retirar o amianto de todas as escolas, os sinais eram muito tímidos. A revisão do PDM, publicitada como uma grande oportunidade, não alterou praticamente nada, na essência, continuando sem refletir uma estratégia urbanística para a cidade, o que causou, aliás, alguns momentos constrangedores ao vereador do pelouro, nomeadamente no que à instalação de superfícies comerciais dizia respeito. A constante falta de investimento revelava a maior prova de que esta maioria gostava de propalar conceitos e modelos de gestão que depois não cumpria. Não deixava de ser curioso perceber quão à nora se andava no investimento na cultura, que contava, em dois anos consecutivos, com investimento zero; especialmente após a discussão popular que se deu em torno da defesa do São Geraldo como espaço cultural da cidade. Pelos vistos a falta de vontade da Câmara adquirir o edifício não se prendia com excesso de equipamentos culturais, ou com investimentos na cultura que excedessem o que se entendesse razoável no bolo total para a cultura. Pelos vistos a despesa corrente do Theatro Circo era suficiente e sinónimo, para esta maioria, de promoção e incentivo à fruição e criação culturais em Braga. “E quer candidatar-se Braga a Capital Europeia da Cultura! Mais fácil será, caro Presidente, pensar em algo mais tangível e mais*

*adequado à governação da maioria PSD/CDS/PPM: Braga, capital europeia das cadeias de grande distribuição! Bem sabemos que para a Noite Branca estão reservadas centenas de milhares de euros; começamos a acreditar que para PSD/CDS/PPM os eventos pontuais, que se aliam ao entretenimento, são cultura mais do que suficiente para quem cá vive”. O balanço que se fazia deste relatório de atividades era extremamente preocupante, tendo em conta que se encaminhava para o fim um mandato inteiro. Arranjos de zonas verdes e parques contavam com uma execução de zero. O mesmo para a primeira fase de requalificação da margem esquerda do Rio Cávado ou o prolongamento da marginal do Rio Este. Zero era também a execução, em dois mil e dezasseis, da conservação e restauro das Sete Fontes – custava-lhes a crer que a lavagem de cara do primeiro ano fosse suficiente para manter em condições um espaço que parecia granjear o consenso quanto à importância de o valorizar enquanto espaço verde, enquanto parque natural, para usufruto dos bracarenses. A musealização das ruínas romanas na colina da Cividade e das estruturas de divulgação da DOMUS da escola velha da Sé permaneciam em banho-maria. Para não falar da Fábrica Confiança, que já quase foi museu da cidade, já quase foi espaço cultural por excelência da cidade, já quase foi a sede da Associação Académica da Universidade; agora foi quase vendida para alargamento de superfícies comerciais – porque pelos vistos estarão em falta na cidade! No PPI, cuja taxa de execução global ficava nuns vergonhosos trinta e três por cento, surgia também a zero a taxa de execução da implementação de uma solução tecnológica para controlo de tráfego – embora já estivesse anunciado concurso para criar um piso inteligente entre a rotunda Santos da Cunha e a rotunda da Estação, que será único em Portugal, mostrando o que de melhor se fazia ao aliar os desenvolvimentos tecnológicos ao planeamento de uma cidade. Pena que este tipo de medidas não fossem resultado de políticas de*

*planeamento do tráfego que resultassem num melhor funcionamento da cidade como um todo, que incentivassem a utilização dos transportes públicos e dos meios suaves de transporte em detrimento do automóvel, que resolvessem os constrangimentos de trânsito que se iam multiplicando cada vez mais pela cidade toda. Mas para isto era preciso bem mais do que fazer “semanas da bicicleta” com descontos em algumas lojas e grades enferrujadas espalhadas pelo centro histórico onde, no máximo, se poderia “estacionar” um skate (ou então prender uns cavalos); ou ir mais além do que intervencionar alguns metros quadrados de uma rua que precisava de medidas sérias de acalmia do trânsito – referia-se à Rua do Caires -, ou de resolver de uma vez por todas a ligação entre a Rua Nova de Santa Cruz e a Rua Dom Pedro quinto – cuja intervenção na primeira podia ter servido de ponto de partida, mas que, infelizmente, representará mais uma intervenção avulsa. Que dizer, ainda, das inúmeras freguesias que reclamavam repavimentações, colocação de sinalética adequada, reparação de inúmeras estradas e caminhos...Braga, antes de ter um “piso inteligente”, precisava de ter pisos dignos, estáveis e seguros! Não se contentavam com a já gasta justificação do atraso do programa Portugal vinte vinte. Avisaram, por inúmeras vezes, que um orçamento não podia basear-se, no essencial, nestes fundos. Um concelho precisava de gente capaz de gerir e de investir. Nada tinham contra medidas de poupança, que respeitassem as obrigações financeiras da Câmara Municipal. Nada tinham contra decisões responsáveis, que acautelassem a saúde financeira do município para os anos futuros. Mas não podiam aceitar que esta maioria impusesse aos bracarenses esta versão de que ou tinham uma realidade, ou outra. De que caso fosse para investir na cidade, na qualidade de vida das populações, obrigatoriamente a Câmara tinha que desistir da ideia de fazer uma gestão financeira saudável e equilibrada. Era, sim, possível devolver aos bracarenses*

*aquilo com que contribuía, através dos seus impostos, para o orçamento da receita da Câmara Municipal. Afinal, a arrecadação de impostos já ultrapassava cinquenta por cento das receitas da Câmara! Era, sim, possível optar entre desonerar as famílias bracarenses ou isentar em quase oitenta por cento os impostos de uma multinacional com milhões de euros de lucros anuais. Poderiam rir-se quando diziam que tudo isto não passava de decisões políticas – e não técnicas ou administrativas como tantas vezes lhes faziam crer -; mas a verdade era que assumir o poder político de um município era justamente decidir politicamente de que forma os meios técnicos e administrativos poderiam servir os interesses das populações. Tinham sido acusados, por diversas vezes, de intervir apenas sobre coisas pequenas. Pois parecia-lhes que exigir uma cidade melhor e uma gestão política que a concretizasse, não era nada pequeno. Entendiam até que “pequeno” era o alcance desta gestão PSD/CDS/PPM na cidade de Braga. “Pequena” era a elevação com que tratavam a oposição, os que seguiam os trabalhos desta Câmara Municipal e intervinham sobre eles; “pequeno” era o sentido de democracia que esta maioria tinha, subestimando as forças vivas da cidade e as suas vozes por tantas vezes, como no caso do cineteatro São Geraldo ou da construção do Continente Bom-Dia na rua vinte e cinco de Abril; “pequena” era a estratégia política desta Câmara Municipal, que inchava de orgulho com os grandes anúncios que tinha para fazer – em especial neste ano – ao mesmo tempo que varria para debaixo do tapete os insistentes e incómodos problemas que deixava por resolver; “pequena” era a noção de transparência que tinham sobre como gerir um município, entendendo que por transparente passava a demagogia com que falavam de qualquer medida ou assunto; “pequena” era a confiança que os bracarenses tinham em quem os governava e “pequena” era a capacidade da coligação Juntos Por Braga fazer melhor, porque “pequeno” era o compromisso*

que assumiam com as populações, ao contrário das grandes “palavras de honra” que constantemente repetiam, para esconder que interessava mais estar à frente do município do que governar, em pleno, o município. “E se “pequeno” é a avaliação que fazemos deste mandato, enorme é a confiança de que os bracarenses saberão reconhecer na CDU, nas suas propostas, no seu programa, na sua intervenção e nos seus eleitos aquilo de que os bracarenses precisam: mudar a sério”. Registou-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S., ARTUR JORGE DE OLIVEIRA FEIO**, que passou a salientar que: “ Depois de descer mais de uma centena de lugares no índice de transparência, Ricardo Rio consegue a triste proeza de fazer a Câmara Municipal de Braga ter o índice de investimento menor dos últimos quarenta anos. É a gestão de merceeiro no seu esplendor”. Face a estes números insuspeitos, o Partido Socialista (PS) reforçava a convicção de que Braga perdeu quatro anos no caminho do progresso com esta gestão do PSD/CDS/PPM. No primeiro ano foram os “esqueletos” nunca avaliados, agora a culpa era dos fundos comunitários. O Relatório de Atividades e Contas do Município — eram factos indesmentíveis — revelava que a Câmara Municipal de Braga orçamentou um investimento de quase vinte milhões de euros para o ano de dois mil e dezasseis, mas os valores da execução orçamental avançados pela autarquia ficavam pelos dezoito por cento do montante previsto. Em dois mil e quinze, a Câmara já tinha reduzido o investimento a menos de oito milhões de euros, montante que foi decepado em quase cinco milhões, para baixar para uns miseráveis três milhões e meio de euros. Foi essa redução drástica no investimento que permitiu a Ricardo Rio vir autoelogiar-se por ter reduzido as dívidas aos bancos em cerca de seis milhões de euros (de quarenta e um milhões para trinta e cinco milhões). Grande proeza! Quanto aos três milhões e meio de investimento em dois mil e dezasseis, eram uma gota de água para um município com quarenta e

*dois vírgula sete milhões de euros de receitas fiscais e quase vinte e nove milhões de transferência correntes do Estado. Quanto a capacidade de planeamento e rigor na execução — tantas vezes violentamente criticados no passado — os bracarenses ficaram, agora, esclarecidos sobre a (in)competência da atual maioria. “Veja-se que nas funções sociais, a Câmara Municipal de Braga planeou investir sete vírgula dois milhões de euros e apenas executou um vírgula oito milhões de euros, num desvio de programação de sessenta e cinco por cento a menos. São exemplos claros a educação onde apenas foram gastos cento e setenta e três mil dos mil setecentos e cinco mil euros. As escolas de Esporões, Gualtar, Merelim São Pedro e São Lázaro ficam para o ano das eleições, como convém. O mesmo se diga da Habitação e serviços coletivos para os quais estavam destinados dois milhões e meio de euros e apenas foram executados um milhão de euros – ou seja menos cinquenta e sete por cento do que estava planeado. Para quem passou anos e anos e exigir rigor, estamos esclarecidos. Mas há mais. Nos serviços culturais e recreativos previa-se gastar quase três milhões de euros e apenas se executou vinte e oito por cento do que estava programado. É um elevado nível de excelência! Veja-se que a poupança corrente prevista chegava aos quase dezasseis milhões de euros e limitou-se a pouco mais de onze milhões de euros. O Município de Braga realizou investimentos de três milhões e meio de euros: uns miseráveis dezoito por cento do montante inscrito por Ricardo Rio no orçamento ao Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e dezasseis. Acresce que estes três milhões e meio de euros correspondem a quarenta e quatro por cento do investimento sete vírgula nove milhões de euros executados em dois mil e quinze, ano em que a taxa de execução foi de setenta e seis vírgula oito por cento. Acresce que a vergonha foi tanta que estes números da execução orçamental de Ricardo Rio mostrados aos vereadores foram parcialmente revelados num comunicado emitido pela autarquia.*

*De facto, apresentar agora um resultado líquido de três vírgula quatro milhões de euros contra os vinte vírgula sete milhões em dois mil e treze, deve fazer a atual maioria corar de vergonha, nesta descida que prosseguiu com catorze milhões em dois mil e catorze e desceu para os treze milhões e meio em dois mil e quinze. Note-se ainda que o número de trabalhadores do Município desceu mil e setecentos em dois mil e treze para os mil quatrocentos e trinta e em dois mil e dezasseis, com a respetiva diminuição de despesas com pessoal”. A queda continua — como acontecia com o índice de transparência revelado há algumas semanas e devidamente debatido naquela Assembleia Municipal. A baixa taxa de execução do investimento realizado no ano passado contrastava com o enorme crescimento que foi anunciado no respetivo orçamento. «Para o ano de dois mil e dezasseis, prevê-se uma execução de dezanove milhões quatrocentos e quarenta e um mil cento e vinte euros, apresentando assim um aumento de cento e dezassete por cento relativamente a dois mil e quinze», lia-se no Plano Plurianual de Investimentos inserto no Orçamento de dois mil e dezasseis. A previsão falhou todas as metas e a capacidade de execução ficou quatrocentos e trinta e três por cento abaixo da execução de dois mil e quinze. O Presidente da Câmara Municipal responsabilizou o atraso na disponibilização dos fundos comunitários pela baixa taxa de execução do investimento orçamentado para dois mil e dezasseis, mas esqueceu-se de dizer que os impostos diretos renderam em dois mil e dezasseis quase mais cinco milhões de euros que em dois mil e treze. Esqueceu o crescimento dos impostos indiretos de um vírgula três milhões de euros, em dois mil e treze, para quase um vírgula nove milhões de euros, no ano passado. Os fundos comunitários serviam para todas as incapacidades da atual maioria, mas agora ficávamos a saber que também serviam para iludir os bracarenses. Numa ronda por todas as empresas e analisando as setecentas páginas dos Relatórios verificaram o seguinte: relativamente à Agere,*

*importava salientar e referir, de acordo com o relatório da ERSAR, que a rede de saneamento estava a recuar em termos de cobertura. Estavam previstos cerca de um ponto vírgula cinco milhões de investimento, dos quais foram realizados trezentos mil. Relativamente à Bragahabit, o apoio tinha diminuído substancialmente nos últimos três anos e a lista de espera tinha aumentado. Analisando os diversos indicadores, o apoio dado no arrendamento, refeições escolares, ainda que os apoios tivessem aumentado, no caso das refeições, de cerca de trezentos mil euros, este diminuiu bastante, apesar do subsídio “Programa quatro” ter diminuído. Não se refletiam nos resultados alcançados, que diminuíram drasticamente, comparativamente, por exemplo, ao ano de dois mil e catorze. Quanto à joia da coroa, a Investbraga, o relatório que foi apresentado, cinquenta e nove páginas de propaganda e três páginas com meros quadros resumidos sobre a execução financeira, verificaram o seguinte: cerca de seiscentos e sessenta e cinco mil euros em fornecimentos e serviços externos, sobre os quais não tinham qualquer tipo de informação, que tipo de serviços, por exemplo, foram contratados. Cerca de setecentos e trinta mil euros em gastos com pessoal. Não sabiam qual o quadro de pessoal, não reconheciam os trabalhadores, nem identificaram a execução. Novamente havia a novidade naquele relatório, que não se podia sequer chamar de relatório de contas e, por isso mesmo, era chamado de relatório de gestão, não existiam mapas das demonstrações financeiras, demonstrações de resultados, balanços, fluxos de caixa, não existiam indicadores nem ratios, nem comparabilidade em relação à gestão dos anos anteriores. Não havia relatório de ROC, não existiam mapas de fecho, assinados pelo contabilista. O único que lhes aparecia corretamente apresentado era o do Teatro Circo. Relativamente aos TUB, apenas e só recordar que o investimento feito em veículos de passageiros previsto de um vírgula quatro milhões de euros, foram apenas*

investidos duzentos e cinquenta e quatro mil euros. “Sobre a transparência estamos falados”. Depois foi a vez do **Sr. Deputado da C.E.M., MANUEL CARLOS FERREIRA DA SILVA** intervir para dizer que relativamente ao Relatório de Gestão e Contas de dois mil e dezasseis, a CEM considerava que este documento deveria começar por ser analisado à luz do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), por este ser a matriz do investimento municipal. Foi aí que foram plasmados os principais projetos de investimento da Câmara Municipal de Braga e onde se pretendia mostrar o valor acrescentado de qualquer gestão autárquica. Consultando o documento de apresentação Opções do Plano de dois mil e dezasseis, no PPI constava o seguinte: "Para o ano de 2016 prevê-se uma execução de dezanove milhões quatrocentos e quarenta e um mil cento e vinte euros, apresentando assim um aumento de cento e dezassete por cento relativamente a dois mil e quinze ". Analisando seguidamente o documento que dava pelo título "Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos" e quais os cortes feitos para se chegar ao PPI corrigido, o total passou a ser dez milhões setecentos e cinquenta e quatro mil trezentos e sessenta e oito euros. A execução do PPI agora apresentada, que no total era agora de três milhões quinhentos e quarenta e nove mil oitocentos e quarenta e cinco euros, representava apenas trinta e três por cento do previsto! As percentagens variavam em função das rubricas, sendo cinquenta e sete vírgula três por cento nas Funções Gerais, vinte e cinco vírgula quatro por cento nas Funções Sociais e quarenta e um e meio por cento nas Funções Económicas. A justificação apresentada para esta pobre execução do PPI era a "dos atrasos verificados na execução do Portugal vinte vinte", mas ficaram sem saber a que atrasos se referia e por parte de quem. Foi a Câmara Municipal de Braga que não executou, ou o governo que não lhe aprovou as candidaturas, ou que as aprovou mas não transferiu as verbas? Em todo o caso,

*o que ressaltava, antes de mais, era que a execução do PPI - cujo montante global terá passado de dezanove milhões quatrocentos e quarenta e um mil e cento e vinte euros para dez milhões setecentos e cinquenta e quatro mil trezentos e sessenta e oito euros - ficou bem mais aquém do esperado, sendo reduzida a cerca de um terço em relação ao previsto ou a uns dezoito por cento, se atendessem ao inicialmente previsto. Verificando no mapa das "Modificações" quais as rubricas que tinham sofrido corte, encontraram, por um lado, o Mercado Municipal - que passou de dois milhões quinhentos e cinquenta mil para duzentos mil euros -, significando este corte o quão pouco valorizado era o Mercado por este executivo, quando ele mereceria uma profunda requalificação; por outro lado, a requalificação do PEB - que passou de três milhões para um milhão e quinhentos mil euros. Ou seja, o Mercado e o PEB, exatamente os exemplos dados a propósito dos tais atrasos do Portugal vinte vinte não passavam de um alibi ou falsa justificação. E os demais milhões que foram cortados primeiro para o segundo PPI? De duas, uma: ou a Câmara Municipal de Braga foi incompetente quando propôs a revisão orçamental e calculou mal os valores a plasmar no PPI, ou a gestão camarária foi tão ineficiente que não conseguiu executar mesmo o montante reduzido. "Tem-se alegado que os orçamentos dos primeiros dois anos do mandato, principalmente o de dois mil e catorze, teriam sido condicionados pela gestão anterior, mas, bolas, terá o de dois mil e dezasseis a mesma desculpa? E eventualmente o de dois mil e dezassete? Esperemos que os eleitores bracarenses avaliem a inércia e a incapacidade deste executivo que se centrou mais no marketing de governação e no entretenimento alienante com festas e festinhas em vez de fazer as obras que Braga bem merece e contribuir para resolver os problemas das populações do concelho de Braga". Passou a usar da palavra o Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES, para, inicialmente*

*se associar, pessoalmente, à homenagem ao Deputado Raúl Peixoto, porque não conseguia deixar de dizê-lo, como Deputado dos mais jovens que ali estavam e com menos história e histórico naquela Assembleia e até com a vantagem de não ter muito que o aproximasse, ideologicamente, do Deputado Raúl Peixoto, ter aquela capacidade e conseguir dizê-lo sem nenhuma reserva, que foi dos Deputados que mais o marcou, enquanto ali esteve e, felizmente, ainda iria estar mais um bocadinho, ainda que fosse só mais uma Assembleia Municipal, mas que mais o marcou pela qualidade da intervenção, pela falta de demagogia, este defeito que cada vez menos tinham, infelizmente, e pela coerência das ideias que, apesar de tudo, não partilhando, admirava-o profundamente e admirava profundamente quem o fazia, fosse em que quadrante político fosse, obviamente, no respeito pela democracia e pela liberdade. E nessa homenagem, também, mantendo-se no espírito dessa homenagem, achava que nem o Deputado Raúl Peixoto, nem ninguém ali naquela Assembleia deixaria de desejar que cada um dissesse justamente aquilo que pensava e de divergir, também naquela altura, após a homenagem, sobre muito aquilo que ali já foi dito. Obviamente, que os Relatórios ali levados, hoje, tinham uma dimensão política clara, mal seria se assim não fosse e tinha leituras muito divergentes entre todos. Agora, custava-lhe, de facto, numa altura em que estavam a celebrar o vinte e cinco de abril, numa fase em que se celebrava a liberdade, custava-lhe, por vezes, não ver essa liberdade de pensamento associada à análise crítica de um orçamento e antes deixarem-se amarrar a preconceitos ideológicos e a preconceitos de discurso, que os impedia, infelizmente, de olhar, de facto, para aquele orçamento. E queria dizer, antes de mais nada, porque não deixava de ser paradigmático, que se reunissem ali, hoje, nos auspícios da comemoração da liberdade e do vinte e cinco de abril, porque achava que aquela Câmara Municipal acabava por, no seu ensejo, naquilo que*

*queria fazer enquanto novo poder político na autarquia, aplicar os famosos “D’s”s da revolução: democratizar, descolonizar e desenvolver. À devida escala, os pilares da revolução de abril foram também os pilares da nossa revolução bracarense. Depois de um período de maiorias absolutas e tendencialmente absolutistas que durou pouco menos de quatro décadas, tinham pela frente um grande desafio. Transformar o exercício do poder, valorizar a democracia participativa e cunhar um modelo de rigor, transparência e responsabilidade intergeracional à governação do concelho. Propuseram-se, então, a descolonizar um poder que estava corroído pelas amarras partidárias e clientelas de favor que prejudicavam o todo em favor das partes. Quiseram democratizar o acesso dos cidadãos aos órgãos municipais, reformando, de cima a baixo, a relação entre eleitores e eleitos. E prometeram um horizonte de esperança para o desenvolvimento harmonioso de Braga, focado no crescimento económico e centrado nas pessoas. Quase quatro anos passados, o que conseguiram? Podiam dizer, com certeza, que descolonizaram os corredores da Câmara Municipal de aparelhos políticos subservientes e unicamente interessados em sobreviver. Hoje, tinham um conjunto de pessoas eleitas que diariamente se preocupavam em encontrar soluções para os problemas dos bracarense. O objetivo era dizer presente, estar ao lado das pessoas e assumir as respostas concretas que lhes cabia prestar, ainda que nem todos com elas concordassem, ou não fosse essa a essência da democracia. Não precisaram de colonizar juntas, executivos e respetivos presidentes como se fossem feudos de poder. Não castigaram os que não tinham a mesma cor ou a mesma opinião sobre o que deveriam ser as opções políticas do executivo municipal. E, ainda assim, assistiram a casos de pessoas que entenderam, não pelo jugo opressor do poder, mas antes pelo poder do exemplo de elevação e sentido de serviço público que deram, valer a pena engrossar as fileiras*

da Coligação. “Braga deverá ser seguramente um caso de estudo para os politólogos e filósofos que se detêm sobre a maquiavélica questão do “vale mais ser temido ou amado?”. Durante trinta e sete anos o problema nem se colocou. Mesquita Machado e o PS preferiram, claramente ser temidos pela população. Desde dois mil e treze, porém, a Coligação Juntos por Braga e Ricardo Rio preferiram o caminho inverso. Talvez por isso, eu vá hoje, e finalmente, dar razão à oposição. Sim, é verdade, este mandato foi repleto de festas e festinhas. Ricardo Rio cobriu de festas e festinhas os bracarenses. Mais velhos, mais novos, com famílias numerosas ou não, empresas, IPSS, universidades e associações cívicas e desportivas, todos foram agraciados com a política dos afetos materializada em ação. Depois de anos a serem flagelados pelo chicote do poder autoritário do PS, já era tempo de algum político afagar o ego bracarense. Já era tempo de se pensar, planear e agir pela positiva. Já era tempo de alguém cuidar do bem-estar dos bracarenses, nomeadamente dos seus bolsos. Foi, por isso, sem surpresa que deixámos de sacudir os bracarenses pelos colarinhos, em busca de todos os trocos que neles pudéssemos encontrar e passamos a cuidar melhor de fazer mais com menos”. Com conta, peso e medida conseguiram reduzir o preço dos tarifários da água, graças a um esforço notável da administração da AGERE e de todos os seus colaboradores. Foram pioneiros na implementação de medidas amigas das famílias, mas também dos mais idosos. Conseguiram, em plena crise, aumentar o número de passageiros nos transportes urbanos, em contraciclo com todo o país. “Baixámos, repito, baixámos o preço médio das rendas sociais em Braga, em trinta e três por cento. Deixámos o Theatro Circo com resultados positivos, algo que parecia, até há bem pouco tempo, impossível. E não, não nos ficámos por aqui em matéria de investimento na cultura”. Ao contrário do que dizia a oposição, treslendo, com má-fé, os números que os relatórios espelhavam, a cultura tinha

*sido potenciada por inúmeras iniciativas e realizações, dispersas, como nunca, por todo o concelho. “Em suma, é caso para dizer que os perigosos neoliberais voltaram a atacar, democratizando o acesso a bens e serviços essenciais. Descolonizámos e democratizámos, como demonstrei, mas também desenvolvemos. Em matéria de atração de investimento privado e de diplomacia económica alcançámos, digo-o sem pejo, muito mais do que algum concelho havia conseguido até hoje. E os resultados estão à vista: incremento notório das licenças de construção; milhões de euros atraídos para investimento em novos projetos de negócios, reforço da presença de grandes multinacionais no concelho, decréscimo acentuado do desemprego. Neste âmbito merece destaque o trabalho da InvestBraga, a tal empresa municipal, refundada na sua ambição e finalmente ao dispor dos agentes económicos da cidade. A tal que o Bloco de Esquerda quer liminarmente encerrar. Sim, encerrar. É este o futuro alternativo que nos propõem, acabar com o que correu bem, não vá a economia privada crescer a tal ponto que lhes reduza a margem de manobra política. Mas o desenvolvimento que protagonizámos não se esgotou na economia e na cultura. Também no desporto pusemos Braga a mexer, colocando o concelho em destaque. Braga está hoje, também neste domínio, nas bocas do mundo, mas também e, mais importante, nas bocas do povo. Não quero nem vou fugir à crueza dos números. Aliás, é com redobrada vontade que os analiso. É que, afinal, as muitas festas e festinhas, reais e metafóricas, tiveram os resultados que se vê e que vêm espelhados nestes relatórios. Continuamos como antes”. Foram rigorosos na gestão das contas da autarquia por forma a criar margem de manobra para continuarem a premiar os bracarenses com mais e melhor serviço público, como o atestava a liquidação de SGEB que discutiriam ainda hoje. Só assim se explicava a redução do passivo vinte e cinco por cento. Reduziram, portanto, um quarto do passivo desde o início*

do mandato. Dos cento e quarenta e um milhões de euros sobravam, agora, cento e seis. No mesmo sentido desceu a dívida que, de forma impressionante, recuou mais de um terço, de quase setenta e quatro milhões de euros para apenas quarenta e oito. Este era, obviamente, relativo. O volume de compromissos não pagos, que o PS lhes legou, não permitiu, ainda assim, à autarquia ter margem, por si só, para alavancar projetos de investimento que se revelavam prementes. Não ignoravam que os índices de execução do plano plurianual de investimentos estavam aquém do que desejavam, mas tal não poderia deixar de se enquadrar no atraso sucessivo dos fundos comunitários, que teimavam em não chegar ao terreno. De todo o modo, o nível de investimento com que o município já se comprometeu, alicerçado nesses mesmos fundos, não deixava dúvidas sobre o empenho em atacar, de frente, as deficiências infraestruturais que ainda se atravessavam no objetivo de colocar Braga, cada vez mais, no radar do investimento nacional e internacional. “Devo dizer, porém, que me espanta a sofreguidão com que a oposição vem reclamar deste índice. Temos, portanto, que o que PS, PCP e CEM/BE nos dizem é que o investimento público é curto, que devia ser mais, maior e melhor. Quero lembrar que as pessoas que compõem esta coligação negativa local são as mesmas que suportam a famosa geringonça no plano nacional. E são eles que, no Parlamento, quedos e mudos, viabilizam contas, orçamentos e relatórios onde se assume, comprova e assiste a níveis recorde de desinvestimento público”. Nunca, como em dois mil e dezasseis, o Estado investiu tão pouco na dinamização da economia e na manutenção, qualificação e desenvolvimento das suas infraestruturas e valências. A política de geometria variável tinha destas coisas. “Em Lisboa calam-se perante a fome de investimento público, em Braga gritam porque não há fartura que os satisfaça. No caso do PS, então, partido que lidera este governo das esquerdas, a crítica à

*reduzida execução da vertente do investimento é um verdadeiro tiro nos pés, ou não nos lembrássemos nós das taxas miseráveis que foi apresentando ano após ano. E já se sabe que um partido que conta, como candidato à presidência da Câmara Municipal, com um Kennedy bracarense, deve prestar muita atenção aos tiros que dá, mesmo quando dirigidos aos pés”. O relatório e contas que hoje votavam dava-lhes conta de uma realidade de contínua melhoria das contas da autarquia. Apesar disso, não embandeiravam em arco. Não negavam as evidências já conhecidas sobre a rigidez da despesa. Não esconderam a dureza dos compromissos conhecidos e, até, dos que estavam por conhecer, de que eram bom exemplo as ações judiciais em curso, contra o município, que poderiam redundar no pagamento de indemnizações próximas dos vinte milhões de euros (quase um quarto do orçamento anual). Sabiam que havia muito por fazer e que a governação nunca era um conjunto de objetivos acabados, mas sim um processo dinâmico, que dependia da capacidade diária de exercer os mandatos políticos com responsabilidade, rigor e respeito pelos eleitores. Mas também sabiam que fizeram muito e que se orgulhavam desse muito que fizeram ou não fosse ele o testamento mais palpável do pacto que estabeleceram com os bracarense, em dois mil e treze. “Pela nossa parte, estamos seguros de tudo ter feito para cumprir com as promessas eleitorais, sem, contudo, hipotecar as opções do futuro executivo, seja ele liderado pela Coligação, ou não. E, para isso, não precisámos de mudar a face, não precisámos de mudar de convicções, nem precisámos de dar cambalhotas ideológicas ou programáticas. No passado, como no presente, no plano local, como no plano nacional, acreditamos e continuaremos a acreditar que o caminho do rigor é o único que pode conferir autonomia ao exercício da política. O nosso voto positivo às contas e ao relatório de atividades é, por isso, um voto de confiança em quem cumpriu. Mas é também um voto caucionado pela*

esperança consciente de que o futuro poderá ser ainda melhor. Para além das concretizações infraestruturais que se anunciam e da expectável manutenção do crescimento económico, queremos também sedimentar a responsabilidade orçamental, ao mesmo tempo que tornamos irreversível o ímpeto da cidadania ativa, participativa e alerta. Não temos medo do confronto de ideias, da dissonância democrática, nem sequer, quando necessário, das ruturas que se imponham, ainda que nos venham a prejudicar eleitoralmente. É que as contas podem, agora sim, ser à moda de Braga, mas o futuro será, como sempre, à moda do povo”. Interveio de seguida o **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES**, para revelar que foi com muito agrado que o CDS apreciou o Relatório e Contas de dois mil e dezasseis e foi, também, sem surpresa que perceberam a asia com que aquela suposta geringonça da oposição analisou os resultados e aquilo que, hoje, Braga evidenciava aos cidadãos mas, também, à Região e ao País. Portanto, o CDS estava particularmente agradado com a forma como o Executivo Camarário conseguiu resgatar Braga para os Bracarenses, porque, apesar, de não virem de um regime totalitário, felizmente, vinham de um regime que condicionava, nitidamente, as contas, tal como os Relatórios de dois mil e treze, catorze e quinze evidenciaram. Hoje, Braga estava em condições de olhar o futuro de outra forma. As Contas refletiam, claramente, uma eficiência na gestão. Desde logo, houve a preocupação em regularizar procedimentos administrativos, que teimavam em permanecer cristalizados, nomeadamente, ao nível da classificação e do registo dos ativos do imobilizado. Como sabiam, do ponto de vista contabilístico, isso tinha impacto nas contas e, nomeadamente, nos custos, porque, normalmente, quando estavam em curso não permitia os níveis de amortização do imobilizado firme. Ao fazer isso, não só tornavam as contas mais rigorosas, mas, também,

*mais transparentes. A execução orçamental atingiu níveis próximos dos noventa por cento, tanto do lado da receita, como do lado da despesa, sendo de realçar um saldo positivo na despesa, portanto no saldo de execução orçamental positivo de cerca de dois milhões e quatrocentos mil euros. Importava, também, dizer que a poupança corrente foi de onze vírgula um milhões de euros e, portanto, estavam, claramente, perante uma gestão rigorosa, mas, também, uma gestão racional dos recursos disponíveis. Era por causa disso que, como há pouco, e muito bem, o Deputado João Marques dizia, a dívida nestes três anos e meio de mandato se reduziu cerca de cinquenta e nove milhões de euros e o passivo reduziu em vinte e cinco por cento. Eram evidências que demonstravam bem a qualidade da gestão. E sem contas certas e sem contas rigorosas não havia sustentabilidade de coisa alguma. Por outro lado, importava realçar que as empresas do universo municipal, todas elas, revelaram bons resultados, algumas delas, revelaram mesmo os melhores resultados no seu setor. Aí destacava, obviamente, a Agere, que era a empresa com melhores resultados no setor de águas e saneamento a nível nacional e os TUB, era a única empresa municipal, a nível nacional, com resultados positivos e sem os níveis de subsidiação que algumas empresas da mesma natureza, nomeadamente nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa tinham e não tinham esses resultados positivos. O rigor da gestão estendeu-se do Executivo e da Câmara Municipal às Empresas Municipais. Importava, também, destacar o saldo superavitário de oito vírgula um milhões de euros na situação financeira. Contudo, não podiam deixar de sinalizar que o investimento teve uma fraca execução. E, ali, reforçava as palavras que o Deputado João Marques há pouco disse, a propósito de dualidade de interpretação, quando os mesmos protagonistas falavam sobre o investimento a nível nacional, que teve em dois mil e dezasseis o pior desempenho dos quarenta e*

*três anos de democracia, coisa pouca, como estavam a ver e aquilo que foi o investimento e a execução do investimento, também, fraca, era verdade, no Município de Braga. Mas convinha perguntar porque era que o mesmo argumento, que para nível nacional dizia que o investimento público foi fraco, porque os fundos comunitários tiveram fraca execução e portanto justificava, desse ponto de vista, o fraco investimento a nível nacional, mas já não era válido esse argumento, quando se aplicava ao Município de Braga. Os mesmos protagonistas tinham, portanto, dois pesos e duas medidas, conforme a conveniência. Essa eficiência na gestão era o primeiro pilar, para que Braga, como há pouco se disse, tivesse contas certas, contas à moda de Braga, para que tivesse um novo futuro. Mas esse futuro passava, também, e passou, particularmente, no último ano, por uma nova forma de interpretar a sustentabilidade municipal. No pilar da economia, os resultados positivos eram evidentes. Braga estava, hoje, no “top ten” dos concelhos mais exportadores do país, cresceu, quase, vinte por cento. Aumentou, quase, duzentos milhões de euros de exportações. Reduziu mais de dois mil e trezentos, o número de desempregados. Isso era particularmente relevante do ponto de vista não só da economia, mas, sobretudo, da coesão social e da paz social, que um município não podia fazer muito mais, porque não ia contratar pessoas, ainda que o tivesse feito. E, já agora, importava dizer que Braga do ano de dois mil e quinze para dois mil e dezasseis aumentou em trinta e dois efetivos o seu quadro de pessoal. Portanto, melhorou as contas, mas, mesmo assim, teve um aumento de pessoal, o que era sempre bom, porque demonstrava que não havia uma política de redução de pessoal para ter melhores resultados, bem pelo contrário. Mas, efetivamente, a redução drástica de número de desempregados em Braga era um extraordinário resultado, do ponto de vista económico e da coesão social. Mas Braga afirmou-se*

*como marca distintiva a nível regional, nacional e internacional e os resultados no turismo eram evidentes. Mais de quarenta por cento de aumento no número de dormidas. Mais de trinta e oito por cento, quase trinta e nove, no número de campistas que estavam a dormir e que estavam instalados no ano passado no parque de campismo. Braga era, hoje, também, um terreno fértil para o investimento, não era só através da Investbraga, que esse investimento se fazia. A Investbraga não fazia diretamente o investimento, era uma entidade promotora e as startups que apoiou, mais de noventa, com mais de duzentos empreendedores, foram capazes de atrair para Braga mais de doze milhões de euros. Estavam a falar, naturalmente, de arranque de empresas que hoje começavam, normalmente, com uma ou duas pessoas e que dali a alguns anos poderiam ter dezenas. Bastava olhar para aquilo que eram hoje as empresas globais, algumas delas, há alguns anos, eram microempresas. Mas, também, o programa “Mais industria” sinalizava até dois mil e vinte e já com investimentos firmes que começaram em dois mil e dezasseis, cerca de trezentos e cinquenta e nove milhões de euros de investimento e mais de três mil empregos que seriam criados em projetos de investimento que já estavam candidatados, muitos deles já contratualizados. Portanto, Braga era, efetivamente, um terreno fértil e atrativo para o investimento, que o dissessem, precisamente, os empresários. Mas essa sustentabilidade não foi só ao nível da economia. A educação era, indiscutivelmente, um pilar de coesão e de coesão social que teve uma particular atenção, nomeadamente, ao público estudantil e às camadas mais desfavorecidas. Também ao nível do transporte, das refeições escolares, da requalificação dos espaços educativos permitindo, também, melhores condições de vida aos nossos alunos, mas, também, aos nossos professores. Ao nível social, a Autarquia não descurou os mais desfavorecidos, com o programa “Braga solidária”, com o*

*programa “Braga mais sessenta e cinco” , com o programa “Braga social”, com o banco de voluntariado, com o banco solidário. Tudo um conjunto de iniciativas relevantíssimas que Braga foi desenvolvendo, para tornar o seu concelho mais solidário e mais coeso. Mas, ao nível da cidadania, houve a continuidade do Orçamento Participativo, tanto do lado do investimento municipal, como o orçamento participativo escolar, estimulando, também, junto das camadas mais jovens esse exercício importantíssimo de cidadania. Braga, em dois mil e dezasseis, foi capital Ibero-americana da juventude. Durante quase um ano tivemos jovens de vários continentes a vir a Braga não só partilhar experiências, mas, também, verdadeiros exemplos de cidadania em fóruns, em encontros, inclusive, um deles, com a presença do Sr. Presidente da República. Portanto, também a esse nível a sustentabilidade municipal foi bem demonstrada. Como, também, no planeamento, tanto no lado do urbanismo, com as novas áreas da reabilitação urbana, três novas áreas, com o plano estratégico de desenvolvimento, com o plano de ação para a mobilidade urbana sustentável, como, também, as iniciativas de apoio às comunidades desfavorecidas. Mas Braga era, também, uma cidade que se projetava e que se posicionava nas redes internacionais. Uma delas, inclusive, o próprio Presidente da Câmara fazia parte e era Presidente dessa mesma rede, que era o Eixo Atlântico. Mas, também, na rede URBACT, na rede das Eurocities, mas, também, na rede das cidades inteligentes da Associação Nacional de Municípios, Braga também estava, desse ponto de vista, numa perspetiva e numa prospetiva muito bem posicionada do ponto de vista da sua sustentabilidade municipal. No ambiente, a política do ambiente tinha vindo a dar passos seguros e firmes na consolidação. Hoje, estavam muito mais ativos na qualidade do ar e na melhoria da qualidade do ar mas, também, dos cursos de água e o “Projeto rios” era um bom exemplo. Era,*

também, uma evidência que os nossos rios e, em particular, o rio Cávado, na praia de Adaúfe, eram espaços de excelência e não foi à toa que tiveram o reconhecimento com a bandeira azul. A Cultura era, indiscutivelmente, um dos ex-libris da cidade, não só pelos eventos que enchiam de centenas de milhar de pessoas nas respetivas iniciativas da “Braga Romana” e da “Braga Barroca”, da “Semana Santa”, mas também, num conjunto de iniciativas que levavam os cidadãos à descoberta da sua própria cidade, como era o exemplo o “À descoberta de Braga”, um projeto notável que levava os Bracarenses aos locais que muitos não conheciam. Portanto, a dinamização cultural era um pilar estrutural do nosso desenvolvimento e da nossa identidade. No desporto e na saúde, indiscutivelmente áreas que passaram a ter lugar na política municipal, não dizendo que não tivessem no passado, mas passaram a ser prioritárias nessa ação. Ao nível do desporto, Braga posicionava-se, hoje, muito mais do que acolher etapas do rali de Portugal, tinha etapas da volta a Portugal em bicicleta, tinha corridas internacionais de atletismo, tinha eventos internacionais de diversa natureza, mas, sobretudo, tinha uma população cada vez mais praticante de desporto. Tinha as coletividades a trabalhar em parceria com a Câmara Municipal. Tinha os clubes a trabalhar em parceria. E, por causa de tudo isso, e muito mais, também por causa das excelentes infraestruturas, algumas delas herdadas, foi que Braga fez a candidatura a “Cidade Europeia do Desporto” e, como sabiam, em dois mil e dezoito iriam ter esse estatuto. Um terceiro pilar que demonstrava bem a eficiência da gestão do Executivo tinha a ver com os serviços públicos, que eram cada vez mais eficazes. O Balcão Único do Pópulo obteve a certificação ISO nove mil e um e tinha índices de satisfação na casa dos oitenta por cento. A política de formação dos recursos humanos da Câmara, significou em dois mil e dezasseis, mais vinte e seis por cento de horas de formação que, por

*sinal, também aumentaram nesse ano. Os Bombeiros Sapadores passaram a ter um novo quartel e passaram a ter uma política efetiva e continuada de formação, o que não acontecia no anterior Executivo. Mas os espaços cidadão continuavam a crescer no atendimento. E já eram dois em Tadim e em Sequeira e, como sabiam, Braga tinha a intenção de acolher mais dois e para isso se fez uma candidatura precisamente ao Governo e ao Ministério que tutelava a Modernização Administrativa. No apoio às freguesias, como já foi ali dito, e muito bem, não havia discriminações pela cor política do executivo da Junta. Todos eram tratados por igual, todos tinham via verde, porta aberta para falar com o Sr. Presidente e com os respetivos Vereadores, porque não havia qualquer política de porta fechada ou de relutância e de dificuldade em agendamento dessas mesmas reuniões. A Câmara era, também, uma Câmara de portas abertas e isso significava uma nova forma de fazer democracia, talvez a tal descolonização que, há pouco, o Deputado João Marques falou. E, por tudo isso, hoje tinham uma nova esperança no futuro. Tinham um Município que para além de ter contas certas, tinha, também, contas sustentáveis. Sustentáveis, porque teve o cuidado de não hipotecar as gerações futuras e como iriam discutir, ainda hoje, naquela Assembleia Municipal, a liquidação da SGEB, era um bom exemplo da forma como o Município e o Executivo se preocupou em não onerar as gerações futuras e nesse compromisso intergeracional, que era absolutamente relevante para a sustentabilidade. Naquele clima de maior abertura, de maior proximidade e de melhor prática democrática, não tinha dúvidas em afirmar que Braga estava melhor na economia, na cultura, na educação, no ambiente, no desporto, na juventude, mas, também, sobretudo, na coesão social. Era por causa disso, que o Grupo Municipal do CDS iria votar favoravelmente o Relatório e Contas. Mas, também era por causa disso tudo e muito mais, que o CDS continuava e*

continuará juntos, sempre juntos por Braga. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com quarenta e dois votos a favor, com cinco abstenções e com dezasseis votos contra.** **PONTO NÚMERO TRÊS – PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL - PRIMEIRA REVISÃO.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta do Executivo, aprovada na reunião de dezassete de abril em curso, relativa à Modificação Orçamental - Primeira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano dois mil e dezassete, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com quarenta e seis votos a favor; com uma abstenção e com dezassete votos contra.** **PONTO NÚMERO QUATRO – CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO EM REGIME DE CONTA CORRENTE.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea f), do número um e número quatro do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e do artigo quadragésimo nono, número cinco e artigo quinquagésimo da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, a proposta aprovada na reunião do Executivo Municipal de seis de março do ano em curso, relativa à contratação de um empréstimo de curto prazo em regime de conta corrente, no montante de cinco milhões de euros, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com dezassete abstenções.** **PONTO NÚMERO CINCO – ALTERAÇÃO DA TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS – DOIS MIL E DEZASSETE.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo

Municipal, aprovada em reunião de vinte de março do ano em curso, referente à alteração da Tabela de Taxas Municipais – dois mil e dezassete, nos seguintes termos: no artigo quinquagésimo, número dois ponto um ponto um onde consta “Toldos por metro quadrado ou fração e por ano ou fração”, deverá constar “Toldos por metro quadrado ou fração e por mês ou fração”, que aqui se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com dezassete abstenções.**

**PONTO NÚMERO SEIS – PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DA TAXA DE DIREITOS DE PASSAGEM E DE OCUPAÇÃO DO SUBSOLO, COM CARÁTER PERMANENTE: ARTIGO OCTOGÉSIMO QUINTO DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO – DOIS MIL E DEZASSETE.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta aprovada na reunião do Executivo Municipal de três de abril do ano em curso, relativa à criação da taxa de direitos de passagem e de ocupação do subsolo, com carácter permanente: artigo octogésimo quinto da Lei do Orçamento de Estado – dois mil e dezassete, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO,** para uma clarificação de natureza formal. Na proposta que foi submetida à reunião do Executivo Municipal e que foi, depois, transcrita para a Assembleia Municipal, foi referido que na base daquela proposta estaria a indicação da revogação do artigo quinquagésimo sétimo da Tabela de Taxas, por se mostrar em desconformidade com o artigo octogésimo quinto da Lei do Orçamento de Estado para dois mil e dezassete. Sucedia, porém, e disso, entretanto, foram alertados pelos serviços, que havia uma norma regulamentadora da execução orçamental, que estabelecia que aquele artigo só seria verdadeiramente revogado

após uma norma regulamentar aplicável ao mesmo. E, portanto aquilo que ali ia propor era que da proposta constasse a seguinte adenda: “atendendo ao teor do artigo septuagésimo do Decreto-Lei de Execução Orçamental, que faz depender os efeitos do artigo octogésimo quinto da Lei do Orçamento do Estado de regulamentação posterior, a revogação do atual artigo quinquagésimo sétimo da Tabela de Taxas só produzirá efeitos após a regulamentação pelo Governo, desta matéria”. Ou seja, no fundo, só depois de haver o Decreto Regulamentar era que se daria a revogação do artigo que estava na base daquela proposta. Passou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para dar nota de que o PS, na esteira da boa-fé com que se comportava na Assembleia Municipal, faria boa-fé, também, no esclarecimento do Sr. Presidente, apesar de em termos de documentação instrutória não estar no documento que suportava aquilo que o Sr. Presidente ali foi levar. Ainda assim, o PS, por achar que era uma matéria que não era de somenos importância, não poderia deixar de fazer aquela ressalva. Interveio, depois, o **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para dizer que como já tinha sido ali dito pelo Deputado que o antecedeu, o PS iria votar favoravelmente aquela matéria. Mas gostava, pensando que estava a corporizar aquilo que era o pensamento das Juntas de Freguesia, de dizer o seguinte: “as freguesias debatem-se com um problema enorme, que tem a ver com a degradação de pisos e pavimentos das nossas freguesias. E porquê? Porque, diariamente há intervenção no subsolo, não só para reparação de algumas anomalias, como, também, para a infraestruturização que é sempre uma boa notícia. Acontece é que depois destas obras nós ficamos com os pavimentos degradados e, naturalmente, isto é um prejuízo não só para o Município, mas, também, é um prejuízo para as Freguesias. Eu gostaria, a propósito desta

discussão, dizer que a Câmara deveria começar a pensar, com o nosso apoio e com o apoio dos técnicos e da legislação atinente, na colocação de cauções que permitissem, que após algum tempo, se este problema não estivesse resolvido, a Câmara Municipal de Braga usaria essas cauções, para proceder às respetivas reparações. Dessa forma, presumo, que todos nós ficaríamos com os nossos pisos das nossas estradas e dos nossos passeios recuperados, o que era um sinal bom, não só para o Município, como, também, para as freguesias que viam, muitas vezes, as suas ruas passeios serem retalhados, sem que depois isso seja reparado. E digo isto com toda a seriedade. Não pode, também, naturalmente, a Câmara Municipal ter um fiscal em cada intervenção. E isso permitir-nos-ia, ‘a posteriori’, poder reparar ou recuperar aquilo que se calhar não foi bem reparado”. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada por unanimidade.**

**PONTO NÚMERO SETE – ALTERAÇÃO AO CÓDIGO REGULAMENTAR (ARTIGO D – UM BARRA QUATRO - PROIBIÇÕES NA VIA PÚBLICA).**

Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta aprovada na reunião do Executivo Municipal de vinte de março do ano em curso, relativa à alteração do artigo D – um barra quatro do Código Regulamentar do Município de Braga, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada por unanimidade.** A SR<sup>a</sup>. **PRESIDENTE DA MESA** disse que o ponto número oito, conforme informação que, entretanto, seguiu por mail, foi retirado da convocatória e, conseqüentemente, da ordem de trabalhos, tendo em conta a informação que foi anexa. **PONTO NÚMERO NOVE – INTERNALIZAÇÃO – SGEB.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a

*proposta do Executivo, relativa à Internalização da SGEB - Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, S.A., através da sua liquidação por transmissão global do respetivo património (ativo e passivo) para o Município de Braga, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas.*

*Interveio o **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para salientar que fazia questão de fazer uma intervenção prévia naquele ponto, porque julgava que se impunha fazer um exercício de memória. Decorria o ano de dois mil e sete e o Executivo Municipal entendeu que seria necessário, se possível, antes de dois mil e nove, “vá-se lá saber porquê”, concretizar um amplo volume de investimentos no concelho de Braga, que ascendia na sua totalidade, a cerca de sessenta e cinco milhões de euros. Compunham esse pacote de investimentos, várias intervenções de natureza de maior envergadura, como eram, obviamente, a conclusão do parque urbano norte, ao nível da piscina olímpica e do pavilhão multiusos e do parque de desportos radicais, que, também, nunca chegou a ser concretizado; uma intervenção no parque do Monte do Picoto; diversos pavilhões espalhados um pouco por todo o concelho; duas sedes de Juntas de Freguesia, de Sequeira e de São Vicente e a requalificação de diversos campos de futebol, nomeadamente, com a colocação de pisos de relvados sintéticos e outros melhoramentos. Para concretizar esses investimentos, ao invés de se socorrer daquela que era a capacidade de endividamento disponível à data e das condições de financiamento económicas, também disponíveis no mercado a essa data, bem melhores do que aquelas que viriam, depois, a ocorrer alguns anos mais tarde, com o eclodir da crise financeira, o Município entendeu socorrer-se daquilo que era um modelo, na ocasião, em voga em diversos municípios, de constituição de uma parceria público privada, que, na verdade, não era mais do que um financiamento*

*encapotado. Ou seja, para salvaguardar a imagem pública de contratação de uma dívida clara e transparente, uma palavra que tanto tinha estado em voga naquela Assembleia, o Município optou por assumir uma dívida dissimulada num contrato de concessão de obras e de posterior arrendamento dos equipamentos municipais, que acarretaria o pagamento posterior dos custos financeiros desse mesmo modelo, através da liquidação de rendas à sociedade veículo, à chamada SGEB – Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, que foi a sociedade corporizada para constituir esse veículo. Aliás, à data, esse modelo era particularmente interessante, porque além dessa dilação do custo do investimento, havia, também, uma vantagem do ponto de vista estritamente contabilístico, que era o facto da lei do sector empresarial local não obrigar a repercutir no nível de endividamento do Município, a parcela da dívida inerente a sociedades nas quais o Município não tivesse uma maioria efetiva. Ou seja, na altura constitui-se uma sociedade, através dum concurso público, para uma participação privada de cinquenta e um por cento, da qual o Município deteria quarenta e nove por cento e, ao ter uma participação minoritária, à data, a legislação permitia que isso não repercutisse, nem sequer proporcionalmente na dívida, coisa que, alterações subsequentes da lei do setor empresarial local, veio suprimir. A verdade, porém, era que esse modelo tinha várias vicissitudes, além daquela falta de transparência, além desse encargo financeiro inerente à parceria, e uma delas, que, também, na altura, fizeram questão de elencar, era o defraudar daquilo que era a normal lei da concorrência. Na prática, o Município estava a entregar em pacote, sem qualquer tipo de contratação pública individualizada, a um único parceiro, a concretização de todas as obras que constavam do cardápio dessa parceria público privada. O cenário era mau à partida, acabou por ser bem pior com a sua concretização, por vários fatores. Primeiro, porque no contrato de criação da SGEB, estava*

*estabelecido que cabia ao parceiro privado contrair o endividamento que viabilizaria o investimento a realizar. A verdade era que só em dois mil e onze, já quase quatro anos volvidos da concretização da parceria público privada e em condições financeiras, manifestamente, mais adversas, foi que o Município conseguiu colaborar com os parceiros privados existentes à data, para viabilizar a contração de alguns contratos financeiros com duas instituições, a Caixa Geral de Depósitos e o Novo Banco, os quais acabaram por ser onerados com taxas de juro e com “spreads” bastante mais gravosos do que aqueles que o Município teria em dois mil e sete, aquando do início dessa parceria. E, foi só a partir dessa data, portanto, já alguns anos depois do início da construção dos equipamentos e até da sua conclusão na sua esmagadora maioria, foi que o Município começou a celebrar os contratos de arrendamento que levaram ao pagamento anual, até há bem pouco tempo, dum valor próximo dos seis vírgula cinco milhões de euros anuais. Antes disso, porém, cumpria lembrar que dos tais sessenta e cinco milhões de euros que o Município iria realizar em termos de investimentos, apenas só se concretizaram trinta e cinco dos inicialmente previstos. Mas, a verdade, era que esses trinta e cinco, inicialmente previstos, correspondentes aos equipamentos que foram, efetivamente, concretizados, acabaram por traduzir um investimento direto de cinquenta e quatro milhões de euros, graças à política do já agora e graças a um total descontrolo sobre a execução das obras, nomeadamente, pelos representantes do Município, na própria SGEB. Uma obra que tinha um investimento previsto em orçamento de um determinado valor, acabou por custar, praticamente, o dobro com essa forma de gerir essa mesma construção. E, portanto, as obras executadas pela SGEB efetivamente, até esta data, foram na ordem dos cinquenta e quatro milhões de euros, mas, na prática, aquando da sua constituição, esse mesmo investimento estimava-se que poderia custar, apenas,*

trinta e cinco. Ficaram cerca de trinta milhões de euros de obras por concretizar, a maior fatia, obviamente, ligada aos equipamentos do parque norte. Esses cinquenta e quatro milhões de euros, como disse há pouco, acarretaram um custo anual, em rendas pagas pela Câmara Municipal, na ordem dos seis vírgula cinco milhões de euros. Isso apenas para os equipamentos executados e sem incluir nesse pacote os equipamentos que só este ano ficaram concluídos ou que no último ano ficaram concluídos. Estava-se a referir ao campo de futebol de Espinho, ao campo de futebol de Vimieiro e, nomeadamente, também, a um outro que já estava concluído há bastante tempo, mas que só agora acabou por ser regularizado, do ponto de vista formal, que foi o campo da Morreira, em que não havia a titularidade, por parte da SGEB, do espaço, do terreno onde o próprio campo veio a ser implantado, sem contar com as rendas inerentes a esses contratos, as rendas ascenderam a seis vírgula cinco milhões e por um contrato na ordem dos vinte e cinco anos, ou seja, um investimento total só para essa componente de investimento na ordem dos cento e cinquenta milhões de euros, mais de três vezes do que aquilo que, efetivamente, foi investido e, obviamente, muito mais do que aquilo que custaria aos cofres do Município se se tivesse socorrido, à partida, de um financiamento bancário nas condições que então tinha disponíveis. Havia que criticar, desde logo, o modelo ruinoso financeiro inerente a essa parceria. Havia que criticar, e isso, obviamente, que foi abundantemente discutido, a falta de planeamento na proliferação desses equipamentos. E havia, sobretudo, que criticar a falta de controlo sobre o desenvolvimento da implementação da parceria naquelas várias dimensões. Era por isso que, desde o início deste mandato, procurou este Executivo liquidar essa sociedade. Matar aquilo que foi o pior dos negócios concretizados nos últimos anos pelos anteriores Executivos Municipais. E um negócio que como se tornava claro e como estava,

hoje, bem visível para toda a gente, não iria penalizar apenas este Executivo Municipal, não em um, dois ou três anos de mandato, mas durante todo o mandato, mas, seguramente, como iria penalizar os próximos Executivos Municipais, os próximos seis Executivos Municipais, a quatro anos por mandato, que iriam ter que continuar a pagar essas rendas continuamente ou, até, um valor superior, se se concretizassem os demais investimentos. Bastava fazer uma proporção e seguindo exatamente o mesmo modelo, um investimento total já não de sessenta e cinco, mas na ordem dos oitenta e cinco milhões de euros, admitindo que, pelo menos, os outros investimentos em falta seriam concretizados dentro das balizas da sua estimativa inicial, traduzir-se-iam em rendas totais, ao longo de vinte e cinco anos, muito superiores a duzentos e cinquenta milhões de euros. Portanto, um custo, para os cofres municipais, na ordem dos dez milhões de euros anuais em rendas a suportar com essa parceria. E, portanto, em vez de alimentar o monstro, a primeira iniciativa foi suspender a realização de novas obras e de procurar encontrar, do ponto de vista jurídico, o modelo mais adequado para a liquidação da sociedade. Tiveram que desenvolver múltiplas diligências. Tiveram que procurar muitos caminhos alternativos. Uns confrontando-os, previamente, com as instâncias que acompanhavam a atividade das autarquias locais, a IGEF, a DGAL, o Tribunal de Contas, procurando obter opiniões que enriquecessem a solução a identificar. Outros, obviamente, em articulação com o parceiro privado, que não deixou de exigir os seus direitos no contexto daquilo que foram os benefícios que lhe foram conferidos pelos contratos então celebrados. A verdade era que, neste momento, julgavam estarem reunidas as condições, não apenas para liquidar aquele erro do passado, mas, sobretudo, para preparar a abertura de uma janela de esperança para o futuro. Em vez de onerarem, tão duradouramente, os cofres municipais e de forma tão significativa em cada

orçamento municipal, recordava que aqueles seis milhões e meio de euros iriam cingir-se, apenas, àquela componente num orçamento sem fundos comunitários, representava, quase, oito por cento do orçamento municipal, que tinha que suportar, ainda hoje, quase outro tanto, ou mais um bocadinho, em faturas de dívida relativa ao estádio municipal e que ia também ela continuar por mais alguns anos a onerar os orçamento municipais. Estavam a falar de investimento, só que investimento que já foi realizado há bastantes anos, que esta e as próximas gerações iriam continuar a pagar. Mas, dizia, não só liquidar esse erro do passado, mas, sobretudo, libertar os cofres municipais de cerca de metade daquele encargo com o novo modelo de financiamento, que foi encontrado junto das instituições bancárias. Era, portanto, obviamente, imperativo viabilizar aquela proposta de liquidação. Era, obviamente, um processo que ainda iria decorrer em outras etapas, porque, embora não tivessem a certeza que tivesse que ser alvo do escrutínio do Tribunal de Contas, fá-lo-iam, coisa que nunca aconteceu no passado em relação ao próprio modelo da parceria. E esperavam que, tão cedo quanto possível, na sua perspetiva, era ainda a meio deste ano, pudessem beneficiar, no orçamento municipal, dessa poupança de mais de oitenta milhões de euro que, como comprovava o estudo da Ernst and Young, essa internalização iria gerar. Gostaria de clarificar, a esse respeito, até algumas declarações públicas que viu na sequência da última reunião de Câmara. Primeira, não havia que descontar àquela poupança os custos de manutenção. O custo de manutenção, desde origem, estava atribuído à Câmara Municipal de Braga. Se ela o fez, ou não, se suportou, ou não, esse custo, era outra discussão e isso, obviamente, que os Srs. Presidentes de Junta que contenderam mais diretamente com essa matéria, o sentiram na pele com as queixas dos utilizadores, com as queixas das coletividades, pela falta de manutenção, que durante muitos

anos, não houve naqueles equipamentos e que, obviamente e inclusivamente degradaram a sua esperança de vida útil. A questão do custo com os novos investimentos, obviamente, que se o Município entendesse, como já o assumiu, aliás, há pouco interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gualtar, e já disse que um dos equipamentos que estava na parceria, que não foi concretizado e que iria ser era o campo de futebol dessa freguesia, naturalmente que esse custo não podia ser abatido à poupança que agora foi realizada, porque, como há pouco acabou de referir, caso o investimento tivesse sido realizado, o custo com as rendas desse equipamento teriam que ser, também, ali contabilizadas e a poupança que estariam, ali, a calcular seria, ainda, maior. Qual era a única parcela que teria que ser abatida a esse valor dos oitenta milhões de euros? Era que aquilo que resultaria do acordo do processo de arbitragem com o parceiro privado, em que eles exigiam uma margem de lucro sobre as obras não realizadas e uma alteração do coeficiente de atualização do valor final da sociedade. Em todo e qualquer cenário possível, esse valor seria, absolutamente irrisório, face ao volume global de poupança, que estavam ali a discutir. E, por isso, obviamente, não poderia deixar de apelar a todos os Senhores Deputados que aprovassem aquela proposta, mas, sobretudo, a todos que reconhecessem que aquela era, de facto, uma medida absolutamente fundamental, não apenas no contexto deste Executivo, não apenas no contexto deste mandato, mas no contexto de muitos mandatos da Câmara Municipal de Braga. Aberta a discussão do ponto da ordem de trabalhos, interveio a Sr<sup>a</sup>. **Deputada da C.D.U., CARLA MARIA DA COSTA E CRUZ**, para salientar que as PPP surgiram em Portugal em mil novecentos e noventa e três destinadas, inicialmente, à construção de infraestruturas e pela mão da administração central, mas tinham vindo, sucessivamente, a ser estendidas para outros sectores e alargadas, também, às

*autarquias locais. A CDU entendia que a utilização das PPP teve como principais objetivos a desorçamentação do investimento e a entrega a grupos económicos e financeiros de elevadíssimas rendas suportadas com dinheiros públicos. Entendiam, também, que eram um garrote para os municípios e visavam, no essencial, contornar a insuficiente receita, por reduzida transferência de meios da Administração Central e a reduzida participação nas receitas fiscais do Estado. A CDU rejeitava no presente, como rejeitou no passado, o modelo de PPP. Todas as PPP. Princípio que norteou o seu voto contra a constituição da SGEB. A CDU, não restassem dúvidas, estava de acordo com a liquidação da SGEB e correspondente internalização, pelo que entendia que todos os cenários deveriam ser equacionados, encontrando-se a solução menos dispendiosa para o município. Outra coisa era deixar passar em claro as responsabilidades políticas pelos prejuízos causados ao longo dos anos, a que agora se iriam acrescentar os custos da sua liquidação. Sabiam que quem criou essa parceria ruinosa foi o PS na gestão municipal e não branqueavam a sua responsabilidade. Cabia-lhes, agora, assumir o erro. Mas, também, não queriam deixar de denunciar a bipolaridade da coligação PSD/CDS, adeptos confessos das PPP, que só não apoiaram a de Braga por mero tacticismo político. “A propósito, leia-se o recente artigo do Presidente da Câmara Municipal no Correio da Manhã, em que se refere à pseudo parceria de Braga. Bem sabemos o que quer dizer!”. Desmistificando o modelo de negócio, ao confirmar-se que a operação de internalização ia ficar mais em conta para o município, só revelava que os equipamentos construídos podiam ter sido assumidos diretamente pelo município, apenas os necessários, com menos custos. “Mais uma vez se comprova como o PCP estava e está certo na rejeição do modelo de PPP”. Gostariam de lembrar que, entre dois mil e dez e dois mil e dezasseis, a Câmara Municipal de Braga pagou em rendas vinte e seis*

*milhões! Ou seja, o investimento foi todo suportado pela Câmara e agora ia ficar com a dívida de quarenta e nove milhões (que ainda seria maior se considerassem os juros) e sem considerar os custos de manutenção que ela própria assumiu em dois mil e onze, com a celebração do contrato de arrendamento com a SGEB, sem ter que o fazer, porque a tal não estava obrigada. “Nesta equação, não podiam esquecer que os grandes beneficiários foram sempre os acionistas privados, eles próprios os promotores das obras. Não havendo concurso público para nenhuma das obras, o valor pago terá sido o de mercado? Não nos parece. Para além disso, não podemos esquecer que a dívida à banca foi para pagar a fornecedores que, uma vez mais, são os próprios acionistas privados ou relacionados. Desta forma, estas construtoras saíram altamente beneficiados, num momento em que todo o sector da construção estava em plena crise! “. Outra das grandes dúvidas que se mantinha tinha que ver com a desejada poupança a obter com essa operação. Começaram por falar-lhes em noventa milhões de euros. Poucos dias depois, o valor já seria ajustado para os oitenta milhões. No seguimento da última reunião de câmara, em declarações à comunicação social, o Presidente da Câmara já assumia que a poupança poderia ser menor, a rondar os cinquenta milhões de euros. “Na verdade, paira a incerteza, dão-se voltas e mais voltas e continuamos na indefinição de um valor rigoroso e credível. O que sabemos é que esta maioria andou com o carro à frente dos bois, acenou com a grande poupança fruto da “morte da ppp” e agora vem recuando, pé ante pé, não sabemos muito bem até onde. Sabemos também que os acionistas privados, para abdicarem das dezenas de milhões de euros que as rendas asseguravam até ao final do contrato, têm que ter contrapartidas muito seguras. Esperamos que os bracarenses não venham a ser surpreendidos e chamados a engordar ainda mais os cofres destas “generosas” construtoras”. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado da C.E.M.,*

**MANUEL CARLOS FERREIRA DA SILVA**, que, a propósito, revelou que, antes de mais, importava sublinhar que a externalização da atividade municipal através de concessões, parcerias público-privadas ou até mesmo através de empresas locais de capitais maioritária ou exclusivamente municipais se tinha traduzido em resultados desastrosos para os Municípios e, mais ainda, se se tratasse de empresas com capitais maioritariamente privados. A aventura de fabricar parcerias público-privadas, contaminada não raro por razões eleitoralistas e promiscuidade entre o público e o privado, tinha sido arriscada e onerosa para o erário público e, em última instância, para os contribuintes. A constituição da Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, S.A. (SGEB), enquanto parceria público-privada, lançada em dois mil e oito, para construção e manutenção de campos sintéticos e equipamentos desportivos, era um caso paradigmático de descontrolo financeiro em detrimento dos bens públicos não só porque se optou por um acordo parassocial com uma posição minoritária na referida Sociedade, como se cedeu em favor de privados direitos de superfície do município, endividando e hipotecando por vinte e cinco ou mais anos o Município de Braga com rendas elevadíssimas de mais de seis milhões de euros anuais à SGEB, inibindo assim a libertação de verbas para investimento. Neste quadro e no caso em apreço, foi proposta a internalização da atividade da Empresa no Município de Braga, adquirindo este as participações aos parceiros privados. O CEM saudou e saudava esta proposta de internalização da SGEB e, como tal, embora estivesse ciente dos ainda elevados custos, não poderia, obviamente, votar contra. Porém, a forma e a proposta, ainda que menos desfavorável que a manutenção da SGEB continuava a ser demasiado onerosa para o interesse público, deixando pouca margem para o município se endividar, com prejuízo de investimento potencial no futuro, duplicando a dívida direta do município e

*colocando-o próximo dos limites legais de endividamento. Além disso, parecia-lhes que o atual executivo camarário mantinha-se demasiado respeitoso ou até subserviente em relação aos acionistas privados, cujas resistências à proposta inicial e seu final desprendimento com um pré-acordo posterior na base de reembolso pelo valor nominal das suas participações e suprimentos os devia fazer questionar se, em vez da arbitragem como meio de resolução de litígio, não seria preferível o recurso aos tribunais competentes em caso de divergências insanáveis sobre os montantes da internalização. O caso das Águas de Barcelos estava aí para o demonstrar. Por estas razões, a CEM, embora considerasse não dever votar contra, abstinha-se pela configuração deste modelo de internalização da SGEB. Depois, foi a vez do Sr. Deputado do P.S., **ARTUR JORGE DE OLIVEIRA FEIO** se pronunciar tendo, para o efeito, referido que, relativamente à questão da política do “já agora”, esta parecia ser uma prática continuada deste exercício, até porque relativamente aos trabalhos a mais e sobre a obra do quartel dos bombeiros, isso parecia ser, efetivamente, uma verdade. Faziam-se as contas e logo se veria. Relativamente às parcerias público privadas, também as faziam, mini parcerias, relativamente ao “Pé Alado” gostaria que esclarecessem da forma de como a renda era paga e como ela era paga. O investimento em equipamentos desportivos, continuavam a vê-lo, e muito bem. O de Esporões, um milhão de euros. E, ainda, relativamente à questão do Tribunal Arbitral, seria para maio, tanto quanto sabiam e restava a dúvida se seriam oitenta milhões, cinquenta milhões ou trinta milhões, porque a decisão ainda não estava tomada. Portanto, avançar com oitenta milhões, nesta fase, depois de ter escrito que poderiam ser cinquenta, ficava-lhe um bocadinho mal. Por fim, terminar dizendo-lhe que, naturalmente, o PS sobre isso já disse o que tinha a dizer. Todas as medidas que poupassem dinheiro eram sempre bem-vindas. Também tinha sido*

dito, e bem, pelo Sr. Presidente que, em dois mil e sete, quando começou o processo foram surpreendidos, em dois mil e onze, com a taxa de juro à data, era natural todo o envolvimento que tinham continuava a dizer e a afirmar que o PS era a favor da internalização, mas não a todo o custo. Naturalmente iriam abster-se, por não concordarem com a forma como era feito. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para dizer que estava, tranquilamente, à espera da votação para fazer a declaração de voto, mas, de facto, não poderia deixar de ir ali, porque aquilo que o líder do PS local foi ali dizer, foi um espetáculo de tal forma confrangedor, que não podia tentar deixar de ir à lã para sair dali tosquiado. Porque aquilo que se esperava era que fosse fazer o “mea culpa”, assumisse a ignobilidade, os erros, os impactos, a fatura, a derrapagem e dissesse: “desculpem, vamos votar favoravelmente, para se poupar o que se pode poupar na fase em que nos encontramos”. Porque se essa não era a saída, não se abstivessem, pusessem sobre a mesa a alternativa que existia, juridicamente válida, negocialmente possível, que resolvesse aquele problema. Lavar as mãos como Pilatos, não era solução. “Vocês são os pais do monstro. Os Senhores são os responsáveis pelo modelo. Os Senhores fizeram os Bracarenses pagar esta fatura. Podem não ter memória, mas nós estamos cá para lembrar”. Era importante, porque, de facto, havia pessoas que estavam num aparente sonambulismo e parecia que não percebiam as coisas. E se, de facto, havia responsabilidades, era preciso assumi-las e assumi-las de frente. E fazia aquilo com o à-vontade de quem em dois mil e sete subiu àquela tribuna para dizer ao Engenheiro Mesquita Machado, que aquilo que ele ali estava a fazer era uma coisa má para Braga e para os Bracarenses. Estava a arranjar um truque, uma habilidade, para fugir aos limites do endividamento e para gerar obra à boca das eleições, para inaugurar a granel.

*Mas não fez só isso. Era que o que fez, fez mal feito. Saiu caro. Derrapou e não chegou a cumprir aquilo que se comprometeu. “Por isso, uma atitude séria é atacar o problema de frente. Encontrar soluções. É reduzir a fatura. É corrigir o erro. É arrumar o problema. Abster-se em relação a essas coisas e não assumir as culpas, é pouco Sr. Deputado. É preciso dar a cara. O vosso passado existe e tem que ser assumido. Não pode assobiar para o lado e abster-se tranquilamente. É preciso dar a cara. Esta é, talvez, uma das decisões, deste mandato, mia relevantes para os interesses dos Bracarenses. É corrigir o erro, É desonerar o futuro. Esta fatura é um desastre, para os jovens, para Braga e para os futuros Executivos. Isto é libertar meios para fazer investimentos. Estamos a pagar bem caro a vossa irresponsabilidade, mas estamos no caminho certo e estamos a resolver o problema. Ficava-lhe muito bem votar favoravelmente isto. Ainda bem que os Bracarenses estão a ser testemunhas desta discussão”. Registou-se a intervenção do Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES, para destacar que a sua primeira palavra era de agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara, em seu nome, mas, sobretudo, em nome das suas filhas, que eram de Braga, nasceram em Braga e esperava que continuassem a viver em Braga durante muitos anos, por lhes ter desonerado os próximos anos do pagamento daquela PPP ruinosa. Não tinha o dogma que a CDU e que a Deputada Carla Cruz ali disse, que era contra todas as PPP, acreditando que pudesse haver alguma virtuosa, efetivamente, a história não tinha mostrado muito isso, mas ainda tinha essa esperança de encontrar alguma que fosse virtuosa. Agora, esta, não era virtuosa, esta foi ruinosa. E, portanto, aquilo que o Sr. Presidente e o seu Executivo e todos os serviços camarários ali, hoje, estavam a propor, era um marco histórico na desoneração e na sustentabilidade intergeracional que Braga precisava de ter. Em seu nome e,*

também, já agora, como disse, da sua família, agradecia o muito que estava a fazer por Braga. A sua segunda nota era para reforçar aquilo, e muito bem, que o Deputado João Granja ali disse, não o diria com tanta veemência e, se calhar, com tanta intensidade vocal, mas dizia-o com a mesma convicção. Ficava muito mal ao PS não votar favoravelmente, porque cometer um erro, um erro que, como há pouco o Sr. Presidente da Câmara ali disse, números redondos, custou cento e cinquenta milhões de euros ou poderia custar cento e cinquenta milhões de euros, em bom rigor foi essa a fatura da reeleição de Francisco Mesquita Machado e do PS em dois mil e nove a somar a muitas outras era uma fatura demasiado pesada, mas ficaria muito bem ao PS ter reconhecido que, enfim, foi um lapso que poderia ser corrigido e podia ter ajudado, inclusive, esta Executivo a corrigi-lo, porque no interesse de Braga, muito mais do que no interesse da tática partidária, ficá-lhes-ia muito bem. “Meu caro Artur Feio, não vale a pena fazer esse tipo de argumentação, porque ficar-te-ia muito melhor a ti e ao Grupo Municipal do PS ter aqui dito que o Partido Socialista, com humildade, reconhecia que não sendo a solução melhor, porque a solução melhor era não ter existido esta parceria público privada, era bem melhor esta que outra. Ou então, como disse o João, e muito bem, apresenta uma alternativa. O PS, o Executivo e todos nós aqui nesta Assembleia Municipal gostaríamos muito de discutir uma alternativa mais favorável, naturalmente, para Braga. Não foi isso que o PS fez na reunião do Executivo Camarário. Não é isso que está a fazer na Assembleia Municipal. Mas a memória e a história encarregar-se-ão de contar, também, esta nova história daquilo que foi um caso triste na cidade de Braga, um caso triste na forma como se governa a coisa municipal”. O Grupo Municipal do CDS-PP, naturalmente, iria votar a favor e o seu reiterado reconhecimento e agradecimento, Sr. Presidente, por tudo o que de muito bom fez com aquele dossier, mesmo não

*sabendo alguma parte da história, mas acreditando nas suas palavras como há pouco ali disse que mesmo, que as decisões do Tribunal Arbitral não fossem as mais favoráveis, seriam sempre muito mais favoráveis do que manter aquela parceria público privada ruinosa. Voltou a usar da palavra o **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para fazer algumas clarificações relativas às intervenções que ali foram feitas. Primeira, para dizer à Sr<sup>a</sup>. Deputada Carla Cruz que, de facto, leu muito bem as suas palavras. Não era contra todas as parcerias público privadas. Era contra aquelas que não eram parcerias público privadas, porque a essência de uma parceria público privada era, nada mais, nada menos, que a partilha do risco e esta parceria público privada tinha zero risco, para o parceiro privado tinha um rendimento garantido e, obviamente, que todos o pagávamos. Depois, também, para clarificar a dúvida que ali foi levantada, relativamente ao recurso aos tribunais arbitrais, em vez de recorrerem aos tribunais comuns. Como sabiam, existia, também, na SGEB, como, também, existia na Agere, algo que era muito do agrado do PS, ou era, pelo menos quando era maioria no Executivo Municipal, que era a celebração de acordos parassociais. Ou seja, acordos que não eram sequer escrutinados pelos Executivos e pelos órgãos autárquicos. E, nesses acordos, estabeleciam-se compromissos, às vezes de rentabilidade, outras vezes de tramitação de processos. E, neste caso concreto, o acordo parassocial da SGEB estabelecia, taxativamente, que qualquer questão a dirimir entre os sócios tinha que o ser em sede de tribunal arbitral e que não havia, desse tribunal arbitral, qualquer possibilidade de recurso para os tribunais comuns. Portanto, nem numa primeira instância, nem numa segunda. Isso estava no cordo parassocial e não subscreviam. Finalmente, relativamente à questão das poupanças, nunca disse que a poupança iria ser de cinquenta milhões de euros.*

*Foi um abuso de leitura das suas palavras, do José Carlos Lima, que até ali estava, quando disse que por absurdo e dizia-o, agora, de uma forma clara, para que não restassem dúvidas nenhuma, se aquilo que estava a ser dirimido, em sede de tribunal arbitral, fosse concedido ao limite aos parceiros privados, a Câmara Municipal teria que pagar esses trinta milhões de euros. E de que era que resultava esses trinta milhões de euros? O que estava a ser solicitado, por parte dos parceiros privados? Duas coisas muito simples. Uma primeira, foi apurado um valor residual da sociedade, dali a vinte e cinco anos, tinha que ser atualizado para o presente para repartir pelos sócios. E da repartição desse valor, foi feita uma taxa de juro e os privados invocaram que a taxa de juro devia ser mais baixa do que aquela que utilizavam. Se não fosse sequer atualizado, o valor a liquidar pela sociedade, seria de dez milhões e euros. Depois, a segunda componente, seria a da margem de lucro das obras não executadas. Ora, para chegarem até aos tais vinte milhões remanescentes que desceriam a poupança de oitenta para cinquenta milhões, tinham que assumir que os privados faziam obras com cem por cento de lucro. Ou seja, que faziam qualquer tipo de obra, sem gastar um único cêntimo fosse em material ou em pessoal ou no que quer que fosse, o que era, obviamente, um pressuposto, absolutamente irrealista. A margem de lucro de qualquer obra estava de acordo com os cânones das associações do próprio setor muito abaixo, neste momento, dos vinte por cento para qualquer obra. E, portanto, mais uma vez, o valor que seria discutido em Tribunal Arbitral era irrisório face aos oitenta milhões. E eram os oitentas milhões, neste momento, a sua baliza. Dito isso, só uma consideração de natureza política. Aquilo que o Sr. Deputado Municipal do Partido Socialista ali fez, foi como, também, tinha acontecido em relação a vários outros processos, uma absoluta nulidade. Dizer o que disse sobre aquela parceria publico privada e nada, foi exatamente o mesmo.*

*Não perceberam se, de facto, o PS, hoje, assumia as suas responsabilidades e, como ali já foi dito, vinha dizer aos Bracarenses, que aquele foi um modelo errado, que aquela foi uma opção errada e que independentemente do mérito que reconheciam nos investimentos que foram concretizados, a forma como eles foram concretizados foi, de facto, como, também, não se cansava de dizer, absolutamente ruínosa, para o erário municipal. Não o sabiam. Foi com aquele discurso vago, que, aliás, já foi usado no Executivo Municipal, e tudo o que fosse poupança para o Executivo Municipal ou para a Câmara Municipal era bom e, portanto se houvesse poupança era bom, mas não se sabia era porque tinham que poupar. “Temos que poupar, porque vocês erraram, porque vocês cometeram um erro crasso na gestão municipal. Isso é que devia vir aqui dizer. Da mesma forma que não se percebe, noutros contextos, quando nos vem cobrar a reversão do estacionamento ou quando nos vem cobrar a concretização do parque das Sete Fontes, se, também, aí, está a dizer aos Bracarenses, que, também esses foram erros por parte do Executivo Municipal. Se também acha que concessionar o estacionamento a privados e condicionar as opções, por parte do Executivo Municipal, foram um erro do Partido Socialista, porque, caso contrário, se não tivesse essa opinião, deveria vir aqui aplaudir o Município. Não sei se o Vereador Hugo Pires é, agora, Deputado Municipal ou se está com saudades da Assembleia. E, portanto, Sr. Deputado, o que temos em Braga, neste momento, é uma situação que do ponto de vista da ciência política é absolutamente inusitada. É que temos um Kennedy a ter como lebre um Ministro da Informação do governo iraquiano Saddam Hussein. É a mesma imagem que o Deputado Artur Feio tem de cada intervenção que faz nesta Assembleia”. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com dezanove abstenções. PONTO NÚMERO DEZ – CANDIDATURAS AOS INCENTIVOS AO INVESTIMENTO LOCAL:***

**BOSCH CAR MULTIMÉDIA PORTUGAL S.A. E POSOLIS, INDÚSTRIA DE MALHAS, S.A..** *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Braga, as propostas aprovadas pelo Executivo na reunião de três de abril em curso, dos processos relativos às candidaturas apresentadas pela Bosch Car Multimédia Portugal, S.A. e Posolis, Indústria de Malhas, S.A., bem como as respetivas propostas de decisão desenvolvidas pela Investbraga, que se dão por reproduzidas e transcritas e vão ser arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. Posta à discussão, passou a usar da palavra o Sr. Deputado da C.D.U., **BRUNO ANDRÉ FERREIRA GOMES FERREIRA**, para referir que no decurso da pretérita sessão da Comissão Municipal de Educação, foram várias as vezes que trouxeram à colação a escola do século vinte e um. Entre laptops, chips integrados e outros gadgets, falou-se num cenário que era apresentado como um facto consumado: a diminuição da população escolar. Ora, de nada valia gizar o futuro se o presente era insustentável para milhões de homens e mulheres em idade ativa, assim como para todos aqueles que almejavam uma profissão e uma carreira que lhes garantisse uma vida digna. Quiçá influenciado pelo liberalismo económico de Adam Smith, o economista que presidia aos destinos da nossa cidade vangloriava-se com as benesses concedidas às multinacionais que se dedicavam a sorver os apoios dos Estados. Estados que tanto incómodo causavam às multinacionais, quando falavam em regulação laboral ou financeira. Entre estas destacavam a Bosch, tantas vezes glorificada pelo seu contributo para as exportações, pesasse embora o economista da casa se esquecesse de referir que apenas dez por cento da matéria-prima da multinacional alemã advinha de fornecedores nacionais. “A talhe de foice, sabe dizer a esta Assembleia Municipal qual é o contributo direto da Bosch para as empresas locais, senhor presidente?”.*

*Sob o manto da criação faraónica de empregos (quem não se recordava dos cento e cinquenta mil empregos prometidos por José Sócrates, em dois mil e nove?) a Câmara Municipal de Braga concedeu à Bosch benefícios fiscais que consistiam na redução de oitenta e sete e meio por cento de IMI, IMT e taxas municipais. Ou seja, durante meia década, a Bosch iria contribuir “generosamente” com apenas doze e meio por cento dos impostos ou taxas a que o município tinha direito. Ardiloso como sempre, o edil tentou antecipar a “ladainha” comunista sobre a precariedade laboral. Para o efeito, o marketeer bracarense semeou a ilusão da criação de milhares de postos de trabalho, recordou as velhas teorias arreigadas às dinâmicas criadas pelos grandes grupos económicos e difundiu “ad nauseam” a mais-valia desta benemérita social. “Confessamos, senhor presidente, que o guião prometia um trailer atrativo, pese embora o filme seja substancialmente diferente. Atentem, pois então, à realidade; Alega Ricardo Rio que a Bosch irá duplicar até dois mil e dezanove o número de trabalhadores, num investimento de várias dezenas de milhões de euros. Tal como se diz na nossa terra, se formos à “chicha” dos factos, constatamos que no pedido que submeteu à Câmara Municipal de Braga, a Bosch apresenta um plano de investimentos na ordem dos trinta e oito milhões de euros. Plano que será executado em vinte meses, propondo-se também a criação de um número de postos de trabalho que pode variar entre os duzentos e quarenta e os seiscentos e dez trabalhadores (muito aquém dos milhares propalados). Na sua maioria, os postos de trabalho prometidos estão condenados à precariedade, porquanto terão na sua base contratos a termo e estágios profissionais. Com efeito, no exato momento em que o trabalhador assina a sua entrada ao serviço, também subscreve a data em que será dispensado. Na melhor das hipóteses, o trabalhador navegará, durante*

vários anos, com terra à vista, até ao momento em que será substituído por outrem, ao abrigo de um qualquer anúncio de investimento magistral. É esta a natureza nua e crua destes vínculos laborais. Com o dedo no gatilho contra a “ladainha” dos comunistas, o edil respondeu da seguinte forma: “Todos os empregos são melhores do que não ter emprego”. À imagem e semelhança da “Alegoria da Caverna”, Ricardo Rio tratou de dizer que o melhor é mesmo viver acorrentado para que ninguém se magoe. E assim se passam os anos dentro da caverna, sem ver a luz e as coisas reais que existem. Milhões observarão somente as sombras que passam ao fundo da caverna. A impossibilidade de vivenciar realidade irá criar uma horda de deserdados do mundo e sem a menor capacidade de se espantarem com a vida. Se porventura pouco ou nada perceberam daquilo que aqui foi dito, pensem da seguinte forma: Neste cenário de precariedade, os vossos filhos e netos não conseguirão arrendar uma casa. Jamais conseguirão aceder a um crédito. A propalada escola do século vinte e um não terá matéria-prima. Ou seja, crianças, jovens, seres humanos! E não terão matéria-prima porquanto os jovens de hoje (os vossos filhos e netos) serão os deserdados de um futuro onde a constituição de uma família passará a ser um bem de luxo. Se mesmo assim não são capazes de compreender o escopo desta “ladainha” comunista, façam o seguinte exercício: Imaginem que os vossos descendentes são filhos de uma terra deserdada (chamem-lhe República Democrática do Congo). Imaginem as vossas crianças, esgravatando a terra em busca do material precioso que permite a existência dos vossos smartphones. É bem verdade que têm um trabalho. É bem verdade que têm um prato de arroz ao fim do dia. Mas não é verdade (tal como diz Ricardo Rio) que todos os empregos são melhores do que não ter emprego. Quão bom seria que Ricardo Rio tivesse escutado o Papa Francisco quando este disse que “Aqui no Vaticano, não quero

*empregos que não sigam esta linha, nada de trabalho informal, nada de subterfúgios, (Mais atenção à doutrina social da igreja do que à fotografia de ocasião, senhor presidente!). Ademais, recorrendo aos dados do programa Compete, ficamos a saber que a Bosch é uma das empresas que mais beneficia da generosidade dos apoios comunitários realizados em Portugal, não obstante se limite a ocupar um singelo décimo lugar na tabela dos investimentos. Em contas redondas, no que concerne ao ano de dois mil e dezasseis, a Bosch foi galardoada com dezassete milhões de euros de incentivos. Um valor que pode ascender a cerca de trinta e dois milhões de euros. Em abono da verdade, a Bosch tem sido perita em aproveitar o dinheiro que advém do orçamento comunitário. Em abono da verdade, somos nós (cidadãos dos Estados-membros) que investimos nesta multinacional”. Fugindo ao seu compromisso eleitoral de dois mil e treze, justificando-se com a falta de margem financeira para baixar a carga fiscal dos bracarenses, esta maioria assumiu uma opção de classe: manteve praticamente incólume o peso que recaía sobre as famílias, mas prescindia, agora, dos valores que a Bosch teria que pagar ao erário público. “Senhor presidente, permita-me que lhe recorde que a narrativa do Robin dos Bosques não consistia em roubar aos pobres para dar aos ricos. Essa foi a tragédia shakespeariana que o anterior governo dedicou ao povo português durante quatro anos”. Interveio, de seguida, o Sr. Deputado da C.E.M., MANUEL CARLOS FERREIRA DA SILVA, para dizer que relativamente àquela questão dos apoios, isenções e benefícios fiscais à Bosch, que declarava um investimento de trinta e oito milhões de euros, a CEM considerava que esta concessão de isenções em torno dos oitenta e sete e meio por cento, não era só excessiva e exagerada, mas imoral, considerando a obrigação fiscal da parte dos outros contribuintes. Parecia-lhes imoral, não só porque a Bosch já teve, como já foi dito pelo orador anterior, enormes apoios de fundos*

comunitários e a poupança que tinha com estas isenções, mas, também, porque o móbil dessa empresa multinacional, obedecia, simplesmente, às vantagens competitivas que pressupunha, no caso português, e não era por acaso que a Bosch estava em Portugal, porque a exploração dos trabalhadores era muito profunda, e pressupunha, também, níveis elevados de precariedade, que não era próprio de uma empresa que se dissesse socialmente responsável. Não o era, porque se não, não teria tantos e elevados níveis de precariedade. Procuraria conciliar mais a vida profissional e a vida do trabalhador. Teria outras contrapartidas. Redução desse trabalho precário e sobretudo, os contratos que não fossem incertos, ou melhor, certos e precários. A termo certo, melhor dito. Portanto, nesse quadro, ao não haver regulação, era a lei da selva e, evidentemente, quem saía beneficiado era a Bosch. Prescindir dum contributo que a Bosch poderia dar para o fundo fiscal do Município era, de certa maneira, um favor que se fazia, de facto, aos interesses da própria Bosch. Nesse sentido e uma vez que esses benefícios do IMI e do IMT, das taxas municipais serem demasiado exageradas, a CEM não podia estar de acordo com essas isenções, quase totais, em que apenas contribuía com doze e meio por cento. Passou a usar da palavra o **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES**, para dizer que subiu à tribuna, porque, de facto, ficava preocupado quando, junto dos colegas da Assembleia Municipal, ou de alguns Grupos Municipais, particularmente, parecia existir, ali, a ideia de que o investimento, se fosse das multinacionais, era mau. Estavam a falar de trinta e oito milhões de euros de investimento, aproximadamente existe uma projecção de cerca de mil novos quadros de emprego qualificado e os contratos eram a termo no início, porque estavam a falar de desenvolver tecnologias altamente inovadoras, disruptivas, com níveis de risco tecnológico elevados e, portanto a própria empresa sabia que

*tinha algum risco no negócio e iria tornando mais permanente o vínculo laboral, à medida que o trabalho iria sendo desenvolvido. Tinha feito isto ao longo dos anos e a Bosch já cá estava há umas décadas. O que estava em causa era estimularem, tal como há várias décadas, o governo central, tinha feito, por exemplo, com a Auto Europa, que era o maior exportador português, como outros municípios faziam com outras multinacionais que se instalavam. Tinha ao lado, por exemplo, Famalicão, que fazia isso, e muito bem, com a Continental Mabor. E, portanto, Braga já ia no segundo grande investimento que a Bosch estava a fazer e estava a fazê-lo, aproveitando os recursos que Braga tinha, designadamente, a parceria estratégica com a Universidade do Minho. Aqueles trinta e oito milhões de euros, que uma boa parte deles vinha de fundos europeus e, aí, valesse a verdade, a maior parte era de origem alemã, como sabiam, eram eles os maiores contribuintes líquidos para o orçamento da União. O que estavam a falar era que esse investimento vinha para Braga, iria gerar emprego em Braga, iria gerar externalidades positivas em Braga, porque a própria Bosch tinha uma política de responsabilidade social muito relevante com os seus fornecedores, como, ainda agora, estava a desenvolver um programa com o governo, precisamente, para gerar fornecedores e ajudar os próprio fornecedores a serem competitivos para a Bosch, mas, também, competitivos para outras empresas. Aquele tipo de investimentos era absolutamente estrutural. Braga precisava deles. Era inteligente o Município que tornava esse investimento mais atrativo. Era inteligente o Município que fazia com que com esses incentivos o investimento viesse para aqui, porque se não viesse para aqui iria para outro lado. Isso era óbvio. As multinacionais tinham lógicas globais e se não investissem em Braga, investiriam noutra qualquer. Quando tinham esta atitude anti investimento, não parecia ao Grupo Municipal do CDS-PP, que fosse a melhor política para*

gerar desenvolvimento e coesão social para Braga. Era por causa do investimento e não por causa do emprego, que era gerado no estado, porque, como sabiam, tanto na administração local, como na administração central, a geração de emprego era quase nula, foram as empresas que contribuíram para que no último ano, mais de dois mil desempregados, passassem a ter emprego. “É este o caminho e não o que vocês aqui estão a tentar defender de não dar incentivos, de não ser atrativo, de não tornar o território atrativo, porque se não o fizermos nós, outros o farão”. Postas à votação em separado: Bosch Car Multimédia Portugal, SA – **Aprovada com cinco votos contra e com uma abstenção**; Posolis, Indústria de Malhas, SA – **Aprovada com cinco abstenções**. **PONTO NÚMERO ONZE – PROPOSTA DE REGULAMENTO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta do Executivo Municipal, aprovada na reunião de dezassete de abril em curso, relativa ao Regulamento da Comissão Municipal de Proteção Civil, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à discussão, usou da palavra a **Sr.<sup>a</sup>. Deputada do P.S.D., MARIA DO PILAR ARAÚJO TEIXEIRA**, para referir que com a entrada em vigor da Lei sessenta e cinco barra dois mil e sete, de doze de novembro, foi imposto aos Municípios a criação de um Serviço Municipal de Proteção Civil. No entanto, apenas em dois mil e dezasseis, foi criada uma Divisão de Proteção Civil na estrutura orgânica da Câmara Municipal de Braga. Esse facto comprovava a preocupação constante deste Município em servir cada vez melhor a população, oferecendo-lhe melhores condições de segurança. Este regulamento da Comissão Municipal de Proteção Civil iria permitir que esta estrutura

*permanente, multidisciplinar e plurisectorial desse uma resposta mais rápida, mais organizada e mais eficaz face a uma situação de iminência ou ocorrência de acidente grave, catástrofe e calamidade bem como face a uma pequena ou média ocorrência. Iria ser assim possível saber-se quem fazia o quê, quando, como e com que meios. Era a diferença em relação ao passado. O Partido Social Democrata consciente da efetiva necessidade deste regulamento, enquadrado no grande destaque que este Município tinha concedido à Proteção Civil, potenciando o bem-estar dos bracarenses, congratulava-se com esta proposta, pelo que a votaria favoravelmente. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada por unanimidade.** **PONTO NÚMERO DOZE – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA BRAGAHABIT.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação, a alteração dos Estatutos da Bragahabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga, nos termos do número um, do artigo septuagésimo, da Lei número cinquenta barra dois mil e doze, de trinta e um de agosto, conjugado com a alínea n), número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. Colocada à discussão, passou a usar da palavra a **Sr<sup>a</sup>. Deputada da C.D.U., CARLA MARIA DA COSTA E CRUZ**, para revelar que no ofício dirigido à Câmara Municipal de Braga, dizia a Administração da Bragahabit que o que justificava esta alteração estatutária era a possibilidade de “poder vir a intervir em serviços de reabilitação de obras por delegação do Município”. Dizia ainda que “esta oportunidade foi também aproveitada para melhor ajustar aos tempos atuais alguns artigos, sem contudo alterar significativamente os objetivos, direitos e obrigações consagradas nos Estatutos em vigor”. Antes de se debruçarem no concreto sobre a proposta, não queriam deixar de anotar, criticar e denunciar a total falta de transparência de que se revestia esta operação. Explicavam:*

*Primeiro - Era inconcebível apresentar uma alteração estatutária sem o imprescindível quadro comparativo entre as duas versões, a que estava em vigor e a que se propunha. De outra maneira, a perceção das alterações introduzidas tornava-se complexa e dificultada. Entendiam que era obrigatória a existência desse quadro comparativo, no qual deviam constar as normas revogadas, as que eram introduzidas e as que tinham nova redação. Ao não fazê-lo a Administração da Bragahabit, com a conivência da Câmara Municipal, ficava, pelo menos, sujeita à desconfiança. Segundo - Repudiavam a forma traiçoeira como a Bragahabit, uma vez mais com a complacência da Câmara, quis fazer aprovar normas e excluir outras, que se traduziam, na verdade, numa alteração estatutária profunda. Ora, para além da incorporação da possibilidade de intervenção na reabilitação urbana, que aliás já havia sido, em parte, incluída na revisão estatutária concretizada em dois mil e catorze, não se compreendia que falassem de ajustamento aos tempos atuais, quando houve já, precisamente neste mandato, essa operação. Terceiro - Como se podia comprovar, confrontando a versão em vigor com aquela que agora foi proposta, o que a Bragahabit e a maioria PSD/CDS/PPM pretendiam foi fazer passar por debaixo da mesa uma profunda e questionável alteração aos Estatutos desta empresa municipal, que implicava a revogação de oito normas, a introdução de trinta novas normas e a nova redação de dezasseis! Vissem então o que estava em causa. Com a alteração proposta ao Objeto (artigo quarto) era, de facto, introduzida a “gestão de serviços no âmbito da reabilitação urbana”, mas perdia-se, pelo meio, “a gestão de apoios ao arrendamento e a recuperação de habitação degradada”. Com as alterações propostas às Atribuições (artigo quinto), alínea d), a Bragahabit deixava de proceder à conservação e manutenção dos fogos de habitação social propriedade do Município, com gestão própria, no entanto sobre estes poderia*

*continuar a cobrar e atualizar o valor das rendas - alínea g). Introduziu uma nova norma, que possibilitava o desenvolvimento de programas de apoio à reabilitação urbana – alínea e). Alterou as normas relativas à prestação de serviços na área da Educação, área para a qual a Bragahabit nunca teve, nem tinha competências, alargando a gestão de apoios socioeducativos a todo o ensino básico – alíneas l), m) e n). Acrescentou uma nova norma na qual lhe podiam ser conferidas quaisquer atribuições no domínio da reabilitação urbana. Neste capítulo foram ainda revogadas duas normas, uma das quais exigia que as obras promovidas pela Empresa Municipal que não carecessem de licenciamento sujeitassem o respetivo projeto a parecer da Câmara Municipal. Com as alterações ao artigo décimo terceiro foram introduzidas três novas normas, em que duas delas estavam relacionadas com questões laborais. Assim, pretendia esta maioria que o Conselho de Administração passasse a ter poderes disciplinares, de contratação e despedimento de trabalhadores, bem como para regulamentar o modelo de organização e funcionamento da Empresa Municipal sem o parecer ou aprovação da Câmara. Com as alterações ao artigo décimo quinto foram introduzidas mais três alíneas com o objetivo de reforçar os poderes do Presidente do Conselho de Administração. Foram também propostas alterações ao artigo décimo oitavo, que se referiam às competências do fiscal único que, recordava, era uma entidade externa designada pela Assembleia Municipal. Em concreto, eram sete normas novas que reforçavam as suas competências. Com alteração do artigo vigésimo quarto, o que eram lucros passava a aplicação de resultados, abrindo-se todo um mundo de possibilidades de constituição de reservas pouco objetivas e claras. Nesta matéria, ficava a Bragahabit desobrigada da criação de uma reserva para fins sociais destinada ao financiamento da prestação de serviços coletivos e benefícios sociais aos seus trabalhadores. Por fim, e uma vez mais alterações*

prejudiciais aos trabalhadores da Empresa Municipal, foi proposta a limitação da sua intervenção, nomeadamente quanto à informação que até aqui podia ser disponibilizada (Situação contabilística da empresa, regulamentos e critérios de gestão de pessoal), bem como quanto à sua participação na definição de horários de trabalho e planos de férias. Perante este retrato, votaram contra, ainda que isolados, em sede de Executivo Municipal. Esperavam que hoje, com os factos expostos, as restantes bancadas, inclusivamente os presidentes de juntas, os pudessem acompanhar. A responsabilidade estava agora nas vossas mãos. Foi, depois, produzida outra intervenção, pelo **Sr. Deputado da C.E.M., MANUEL CARLOS FERREIRA DA SILVA**, que, a propósito, disse que a CEM, tendo analisado a proposta de alteração dos estatutos da Bragahabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga -, discordava frontalmente com esta alteração, a qual, subtraindo a Bragahabit da gestão direta do Município (artigo segundo, alínea três), pressupunha uma alteração do objeto social que lhe estava destinado: a contribuição a nível municipal da defesa e ampliação de um direito constitucional consagrado no artigo sexagésimo quinto da Constituição da República Portuguesa em articulação com uma política de habitação a nível central. Por outro lado, esta alteração dos estatutos da Bragahabit, que convertia esta Empresa numa pessoa coletiva de direito privado e só subsidiariamente regida pela Lei empresarial do Estado (artigo segundo, alínea dois), tinha subjacente uma orientação político-ideológica mercantilista plasmada não só na decisão expressa na Ata da reunião do Conselho de Administração como em parte do articulado da proposta de alteração dos estatutos. Mais, ela colidia e desafiava a nova orientação expressa sobre a habitação social não só pelo Governo como na Assembleia da República aquando da aprovação da Lei de Arrendamento Apoiado (Lei número trinta e dois barra dois mil e dezasseis). Com

*efeito, na referida Ata foram registadas as debilidades económicas da Bragahabit, as quais se relacionariam sobretudo com a "contínua baixa de valor das rendas impostas pelas recentes alterações da lei de arrendamento apoiado", o que, para além de denunciar a discordância com esta lei, evidenciava uma insensibilidade social e política para os moradores mais pobres e carenciados de habitação social, ou melhor, habitação básica, decente. Por outro lado, a mesma ata do Conselho de Administração que paradoxalmente constatou as dificuldades na mobilidade dos moradores do bairro social de Ponte dos Falcões e até taticamente sugeria fosse evitada a imposição coerciva da mobilidade destes moradores, não tinha pejo em reiterar o apoio ao administrador executivo para, se o entendesse, exercesse a autoridade legal para a mobilidade coerciva. Belíssimo princípio e exemplo para uma política de habitação, cujo objeto social deveria centrar-se na construção, reabilitação de casas de habitação social, o apoio ao arrendamento e à prestação de serviços nas áreas da educação e ação social. E aos trabalhadores da Bragahabit aplicava-se o mais desfavorável "regime do contrato individual de trabalho" (artigo vigésimo nono, alínea 1). Neste contexto, sabendo de outros vários exemplos no país, nomeadamente no Porto, a Câmara de Braga optava também por alterar "a lógica de funcionamento da Bragahabit", subalternizando a política social de habitação a 'índices de produtividade' e "rendibilidade", a critérios mercantis "de decisão empresarial" (artigo décimo nono, três, alínea d), "adaptação da oferta à procura economicamente rentável" (artigo décimo nono, três, alínea a), enfim, à interferência de negócios imobiliários em torno da designada reabilitação urbana em termos mais amplos, como o reconheceu o Senhor Presidente da Câmara: "intervir na reabilitação urbana", "desenvolver programas de apoio à reabilitação urbana", enfim, criar um fundo de reabilitação urbana em parceria*

formal ou 'informal' com investidores privados. “Ora, é altura de interpelarmos o Senhor Presidente da Câmara para nos elucidar qual a razão para alterar o objeto social da Bragahabit, ficando a pautar-se pela lógica da rentabilidade. É certo que a lei exige que haja cinquenta por cento de receita, mas pergunta-se já agora: se a Câmara que nunca reivindicou a alteração desta norma relativamente ao Teatro Circo junto do anterior governo e até pôde aproveitar dessa alteração graças ao atual Governo e partidos de esquerda, por que é que, em vez de reivindicar deste governo a mesma isenção dos cinquenta por cento de receita na área da habitação social, prefere criar mais uma empresa municipal e introduzir e internalizar a lógica de mercado nesta empresa, abdicando da sua função social de proteger os cidadãos/ãs mais carenciados? Porquê tão pronta esta Câmara a isentar parcialmente a Bosch e outras grandes empresas de IMI e ficar perplexo com a descida do valor das rendas de moradores pobres? Sabe, Senhor Presidente, por detrás das narrativas de preocupação pela regeneração urbana e pela reabilitação urbana, há evidentemente na sua política aparentemente suave (soft) uma clara e profunda (hard) marca de classe obviamente em favor dos estabelecidos e dos mais fortes”. Interveio de seguida o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para dar duas breves notas e dizer que se fez ali uma discussão à volta de alguns temas e importava precisar alguns aspetos que, a seu ver, eram de grande importância. E um primeiro que tinha a ver com o alargamento de competências da Bragahabit, no que tocava à reabilitação urbana, era algo que se assumia, era algo que correspondia às orientações e aos compromissos do próprio Executivo. Por isso, não passava de uma opção política do Executivo, que o assumia, que o implementava e que, seguramente, ao abrigo daquelas discussões iria fazer um trabalho significativo e vasto. Em segundo lugar, lembrar à Sr<sup>a</sup>. Deputada Carla Cruz, que o alargamento

*das competências do fiscal único, decorriam da aplicação da Lei cinquenta de dois mil e doze, do setor empresarial local. Ou seja, as competências do fiscal único alargaram e elas, naturalmente, em sede daquele documento, teriam que ser, também, alargadas. Relativamente ao ponto três, não havia, de facto, sonegação dos direitos dos trabalhadores. A norma existente no regulamento anterior era restrita. A aplicação direta da lei, no que dizia respeito aos direitos dos trabalhadores, era mais vasta. As normas, os capítulos específicos do Código do Trabalho e da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, salvaguardavam os direitos dos trabalhadores de forma bem mais explícita e vasta do que aquilo que era a forma que estava transcrita nas regras anteriores. As competências do Conselho de Administração, em matéria disciplinar, não foram alteradas, não foram ampliadas, apenas foram incluídos aspetos que tinha a ver, agora, com as questões da reabilitação urbana, uma vez que passou a constar do documento e, naturalmente, teria que haver extensão, também, a essa realidade. Importava repor a verdade destes factos e foi isso que acabou de fazer. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com cinco votos contra e com nove abstenções**. A Sr<sup>a</sup>. **PRESIDENTE DA MESA** questionou os presentes se pretendiam dar continuidade àquela sessão devido ao adiantado da hora e lembrou, também, que se tivessem começado às vinte e uma horas, se calhar já estavam a terminar aquela sessão. **PONTO NÚMERO TREZE – PROPOSTA RELATIVA À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA FORNECIMENTO DE GASOLEO – TUB-EM**. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta aprovada na reunião do Executivo Municipal de três de abril do ano em curso, relativa à assunção de compromissos plurianuais respeitante ao concurso público internacional para fornecimento de gasóleo simples a granel, para a frota de*

autocarros da empresa, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com quatro abstenções.** **PONTO NÚMERO CATORZE – RELATÓRIOS DE GESTÃO E CONTAS DAS EMPRESAS MUNICIPAIS DE DOIS MIL E DEZASSEIS.** Para conhecimento, são presentes os Relatórios de Gestão e Contas de dois mil e dezasseis das Empresas Municipais: Bragahabit – Empresa Municipal de habitação de Braga, EM; TUB – Transportes Urbanos de Braga, EM; Theatro Circo de Braga; Investbraga – Agência para a dinamização Económica, EM e Agere – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM, que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO QUINZE – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE MIL SETECENTOS E QUARENTA E SEIS METROS QUADRADOS, SITA NO LUGAR DA IGREJA, LAGOS, SÃO FRANCISCO OU FOJO REAL – UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo, aprovada em reunião de dezassete de abril em curso, relativa à desafetação do domínio público para o domínio privado do Município da parcela de terreno com a área de mil setecentos e quarenta e metros quadrados, sita no lugar da Igreja, Lagos, São Francisco ou Fojo – Real, União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, necessária à construção da capela mortuária, junto à igreja de São Francisco, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Tomou do uso da palavra o **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA**, para dar conhecimento relativamente à finalidade daquela desafetação. Naquele terreno,

*que era propriedade da Câmara Municipal, pretendiam construir a casa mortuária de Real, casa essa que iria ter outras valências, nomeadamente como espaço de exposição de arte sacra dos artistas da freguesia de Real. Teria essa dupla funcionalidade. Quando não tivesse para o efeito de casa mortuária, junto do Convento de São Francisco, da Igreja de São Francisco e, também, da Capela de São Frutuoso, criar aí um roteiro, em termos de arte e de cultura daquela zona. Dizer, também, da necessidade dessa casa mortuária, porque em Real tinham uma capela que funcionava como casa mortuária, mesmo no coração da freguesia, na rua Costa Gomes, que era uma estrada nacional, onde existiam muitos problemas de trânsito, o que obrigava a perpassar toda a freguesia até à igreja. Localizada naquele espaço, iria evitar todos esses constrangimentos, em termos de tráfego, e, também, iria facilitar toda a dinâmica dessas situações. Agradeciam a disponibilização desse terreno, embora já o viessem a solicitar há alguns anos, desde dois mil e treze, só agora foi desafetado e agradeciam essa doação. Se tivesse sido mais célere a doação, já teriam a casa mortuária em construção. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada por unanimidade.***

**PONTO NÚMERO DEZASSEIS – PROPOSTA DE DOAÇÃO DE PRÉDIO URBANO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE NOGUEIRÓ E TENÕES, DESIGNADO POR “CASA DAS LOURAS”, SITO NA FREGUESIA DE NOGUEIRÓ.** *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo, aprovada em reunião de três de abril em curso, relativa à doação de prédio urbano à União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, designado por “Casa das Louras”, sito na freguesia de Nogueiró, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número quatrocentos e doze/Nogueiró e inscrito na matriz urbana no artigo nonagésimo, cujo teor se dá por reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida*

*proposta aprovada com seis abstenções. PONTO NÚMERO DEZASSETE – REFORÇO DOS APOIOS SOCIOEDUCATIVOS AO NÍVEL DAS REFEIÇÕES ESCOLARES. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de vinte e seis de dezembro do ano transato, referente ao reforço dos apoios socioeducativos ao nível das refeições escolares, que aqui se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta aprovada por unanimidade. PONTO NÚMERO DEZOITO – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de vinte de fevereiro, de seis e de vinte de março, de três e de dezassete de abril do ano em curso, relativas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: Um - União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), para a execução da obra denominada “Ampliação da sede da Junta de Freguesia – Este São Pedro”, no montante de setenta e um mil seiscentos e vinte euros e oitenta e quatro cêntimos; Dois - União de Freguesias de Crespos e Pousada, para a execução da obra denominada “Pavimentação da rua do Carteiro – Pousada”, no montante de nove mil duzentos e trinta e cinco euros e vinte e cinco cêntimos; Três - União de Freguesias de Crespos e Pousada, para a execução da obra denominada “Pavimentação da rua da Veiga – Crespos”, no montante de vinte e três mil quinhentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos; Quatro - Junta de Freguesia de Gualtar, para a execução da obra denominada “Resolução de*

*constrangimento na rua da Bouça”, no montante de seis mil cento e trinta e oito euros e noventa e seis cêntimos; Cinco - União de Freguesia de Arentim e Cunha, para a execução da obra denominada “Requalificação do pavimento na rua do Assento até à Cachada”, no montante de cento e vinte e sete mil sessenta e oito euros e setenta e nove cêntimos; Seis - União de Freguesias de Lomar e Arcos, para a execução da obra denominada “Construção de uma ligação do adro da igreja ao loteamento Quinta das Oliveiras”, no montante de onze mil trezentos e trinta e dois euros e oitenta e oito cêntimos; Sete - Junta de Freguesia de Mire de Tibães, para a execução da obra denominada “Caminho de ligação da E.M. quinhentos e sessenta e quatro ao Monte de São Gens”, no montante de cento e sessenta e sete mil setecentos e sete euros e oitenta e um cêntimos; Oito - Junta de Freguesia de Tadim, para a execução da obra denominada “Repavimentação da rua Professor Antero Silva”, no montante de três mil trezentos e dezasseis euros e vinte e um cêntimos; Nove - Junta de Freguesia de Pedrava, para a execução da obra denominada “Requalificação do pavimento da rua do Bustelo”, no montante de trinta e um mil quinhentos e oitenta e seis euros e noventa e quatro cêntimos; Dez - União de Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra, para a execução da obra denominada “Pavimentação da rua Padre Alberto Sepúlveda – Navarra”, no montante de oitenta e oito mil seiscentos e cinquenta euros e trinta e cinco cêntimos; Onze - Junta de Freguesia de Gualtar, para a execução da obra denominada “Alargamento do Caminho Vicinal da Vergadela à Franqueira”, no montante de quarenta e dois mil duzentos e trinta e nove euros e vinte cêntimos; Doze - Junta de Freguesia de Mire de Tibães, para a execução da obra denominada “Pavimentação da rua do loteamento da Amieira”, no montante de noventa e nove mil quatrocentos e quarenta e um euros e vinte e cinco cêntimos; Treze - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a execução da*

obra denominada “Balneários de apoio ao campo de futebol e polidesportivo de Celeirós”, no montante de trezentos e dezassete mil trezentos e dezoito euros e vinte e seis cêntimos; Catorze - União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), para a execução da obra denominada “Repavimentação entre a rua da Ribeira e a rua da Igreja – Este São Mamede”, no montante de dez mil quinhentos e setenta e quatro euros e sessenta e sete cêntimos; Quinze - União de Freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro), para a execução da obra denominada “Drenagem de águas pluviais – rua da Igreja Velha – Guisande”, no montante de treze mil trezentos e oitenta e sete euros e dez cêntimos; Dezasseis - Junta de Freguesia de Tebosa, para a execução da obra denominada “Coletor de águas pluviais junto à igreja”, no montante de cinquenta e sete mil cento e setenta e quatro euros e vinte e oito cêntimos; Dezassete - Junta de Freguesia de Pedralva, para a execução da obra denominada “Pedido de tubos de canalização de águas pluviais”, no montante de mil noventa e cinco euros e vinte cêntimos; Dezoito - Junta de Freguesia de Sobreposta, para a execução da obra denominada “Equipamento de apoio ao Parque Industrial de Sobreposta”, no montante de cento e cinquenta e sete mil cento e onze euros e oito cêntimos; Dezanove - União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, para a execução da obra denominada “Alargamento e pavimentação da rua do Gaió – Morreira”, no montante de oitenta e sete mil oitocentos e vinte e oito euros e trinta e cinco cêntimos; Vinte - União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, para a execução da obra denominada “Repavimentação do piso da rua do rio Torto e pavimentação da rua das Mimosas”, no montante de cento e cinquenta e quatro mil oitocentos e oito euros e oitenta cêntimos (IVA incluído); Vinte e um - Junta de Freguesia de Tebosa, para a execução da obra denominada “Requalificação da rua da Moinha”, no montante de dezanove mil oitocentos e sessenta e quatro euros;

*Vinte e dois - Junta de Freguesia de Priscos, para a execução da obra denominada “Reconstrução de muro de suporte – rua de São Tomé”, no montante de três mil setecentos e noventa e nove euros e quatro cêntimos; Vinte e três - União de Freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro), para a execução da obra denominada “Correção das curvas da rua do Termo à rua da Oliveira – Oliveira (São Pedro) ”, no montante de cento e cinquenta e seis mil quatrocentos e setenta e cinco euros e doze cêntimos; Vinte e quatro - União de Freguesias de Merelim São Paio, Panóias e Parada de Tibães, para a execução da obra denominada “Requalificação e ampliação da rua da Guita – Panóias”, no montante de oitenta mil seis euros e sessenta e oito cêntimos com IVA incluído; Vinte e cinco - União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), para a execução da obra denominada “ Pavimentação do largo do Pomarelho – Este São Mamede”, no montante de vinte mil quatrocentos e sessenta e cinco euros e quarenta e dois cêntimos; Vinte e seis - União de Freguesias de Cabreiros e Passos São Julião, para a execução da obra denominada “Passeio das Leiras – Cabreiros”, no montante de trinta e cinco mil trezentos e quarenta e três euros e setenta e oito cêntimos; Vinte e sete - Junta de Freguesia de Adaúfe, para a execução da obra denominada “Alargamento da rua do Outeiro”, no montante de cento e dezassete mil oitocentos e sessenta e quatro euros e onze cêntimos; Vinte e oito - Junta de Freguesia de Pedralva, para a execução da obra denominada “Coletor de águas pluviais na avenida da Grumeira e rotunda na EM quinhentos e noventa e quatro”, no montante de cento e trinta e nove mil duzentos e cinco euros e cinquenta e seis cêntimos; Vinte e nove - Junta de Freguesia de Palmeira, para a execução da obra denominada “Arranjo urbanístico do largo da capela de Santo Estevão”, no montante de cento e cinquenta e oito mil setecentos e oitenta e seis euros e noventa e quatro cêntimos; Trinta - União de Freguesias de*

*Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada “Requalificação da rua do Cifrão e construção de rotunda – Penso São Vicente”, no montante de cento e quarenta e seis mil quinhentos e setenta e sete euros e quarenta e quatro cêntimos; Trinta e um - União de Freguesias de Merelim São Paio, Panóias e Parada de Tibães, para a execução da obra denominada “Pavimentação da rua da Igreja – Panóias”, no montante de quarenta e quatro mil duzentos e oitenta e cinco euros e noventa cêntimos com IVA incluído. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas com duas abstenções.***

**PONTO NÚMERO DEZANOVE – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A DIVERSAS JUNTAS DE FREGUESIA.** *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de vinte de fevereiro, de seis e de vinte de março, de três e de dezassete de abril do ano em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas de Freguesia: Um - União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), destinado à “Implementação de um percurso pedestre”, no montante de cinco mil oitocentos e quarenta euros e oitenta e quatro cêntimos; Dois - Junta de Freguesia de Sequeira, destinado a apoiar a execução da obra de “Ampliação do cemitério de Sequeira”, no montante de cento e sete mil quarenta e sete euros e onze cêntimos (com IVA); Três - União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, destinado a apoiar a execução da obra da “Repavimentação do adro da capela mortuária da Morreira”, no montante de quatro mil duzentos e treze euros e cinquenta cêntimos; Quatro - União de Freguesias de Cabreiros e Passos São Julião, destinado a apoiar a execução da obra do “Centro Cultural – interiores -*

*Cabreiros”, no montante de duzentos e onze mil quarenta e três euros e quarenta e cinco cêntimos; Cinco - União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, destinado a apoiar a execução da obra da “Cobertura da bancada do campo de futebol de Real”, no montante de quatro mil duzentos e setenta e quatro euros e quarenta e cinco cêntimos, com IVA incluído; Seis - Junta de Freguesia de Priscos, destinado a apoiar a execução da obra de “Requalificação do espaço exterior do cemitério de Priscos”, no montante de cento e cinquenta e oito mil setecentos e cinco euros e setenta cêntimos, com IVA incluído; Sete - Junta de Freguesia de Esporões, destinado a apoiar a execução da obra do “Parque de lazer de Esporões”, no montante de setenta e um mil setenta e quatro euros e onze cêntimos; Oito - Junta de Freguesia de Figueiredo, destinado a compartilhar as despesas com a realização da “Procissão do Senhor dos Passos”, no montante de quinhentos euros; Nove - Junta de Freguesia de Espinho, Junta de Freguesia de Pedralva e Junta de Freguesia de Sobreposta, destinados a compartilhar cinquenta por cento do valor total estimado com a execução do percurso “Calcorreando a Serra dos Picos”, orçado em vinte e oito mil quarenta e um euros e cinquenta e quatro cêntimos, no montante individual de quatro mil seiscentos e setenta e três euros e cinquenta e nove cêntimos; Dez - União de Freguesias de Arentim e Cunha, Junta de Freguesia de Ruílhe e Junta de Freguesia de Tebosa, destinados a compartilhar em cinquenta por cento do valor total estimado com a execução do percurso “A volta do rio Este” orçado em dezasseis mil oitocentos e vinte e dois euros e sessenta e cinco cêntimos, no montante individual de quatro mil duzentos e cinco euros e sessenta e seis cêntimos; Onze - União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, destinado a apoiar a execução da obra de “Construção de acesso carral – capela mortuária de Tenões”, no montante de vinte mil euros; Doze - Junta de Freguesia de Priscos,*

destinado a apoiar a execução da obra de “Reparação do edifício da sede da Junta”, no montante de catorze mil trezentos e dez euros e dez cêntimos, com IVA; Treze - Junta de Freguesia de Figueiredo, destinado a apoiar a execução da obra de “Requalificação do cemitério e melhoria das acessibilidades”, no montante de setenta e cinco mil quinhentos e sessenta e oito euros e sessenta e nove cêntimos; Catorze - União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, destinado a apoiar a Procissão do Senhor dos Passos de dois mil e dezassete e do ano transato, no montante de mil euros; Quinze - Junta de Freguesia de Palmeira, destinado a apoiar os custos de organização do décimo quinto Circuito de Ciclismo de Palmeira – Prémio Peixoto Alves, no montante de mil e quinhentos euros; Dezasseis - União de Freguesias de Arentim e Cunha, destinado a apoiar a execução da obra do “Parque de estacionamento da Igreja – Arentim”, no montante de sessenta e cinco mil duzentos e setenta e três euros e dezoito cêntimos; Dezassete - Junta de Freguesia de Tebosa, destinado a apoiar a execução da obra do “Parque de lazer da Senhora do Campo”, no montante de cento e cinquenta e cinco mil doze euros e quarenta e oito cêntimos com IVA. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas com duas abstenções.**

**PONTO NÚMERO VINTE – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS.** Para apreciação da Assembleia Municipal, junto se envia informação sobre os benefícios fiscais concedidos pela Câmara Municipal, nos termos do número três, do artigo quadragésimo primeiro do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO VINTE E UM – INFORMAÇÃO PRESTADA PELAS COMISSÕES PERMANENTES.** Neste ponto da Ordem de Trabalhos registou-se a intervenção do **SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE,**

**JOÃO ANTÔNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para informar que na passada quarta-feira, a Comissão a que presidia, reuniu para um assunto que entendiam ser da máxima importância. A revisão da Carta Educativa, para todos os membros da Comissão Especializada era de transcendental importância, para aquilo que era o projeto educativo não só do Município, mas, também, os projetos educativos, que eram, naturalmente, planeados e executados em cada um dos agrupamentos e em cada uma das escolas. Nessa reunião, e era por isso que, dada a importância que a Comissão entendia para essa revisão da Carta Educativa, entenderam saber quais as linhas orientadoras da própria revisão e, ao mesmo tempo, dar contributos e fazer o acompanhamento da própria elaboração da Carta Educativa, dada a natureza da Comissão e, também, da importância de que aquela se revestia. E dizer que foi uma reunião de grande qualidade, com contributos diversificados, onde todos os espaços de intervenção educativa foram contemplados e por eles abordados. Ficou assente que a Senhora Vereadora da Educação, logo que tivesse o levantamento e diagnóstico das várias situações que, entretanto, foram informadas e por eles discutidas, poderem acompanhar de forma mais próxima aquele processo. Um processo que, no final, e foi entendimento de todos os grupos, onde, realmente, as ideologias convergiram, para aquilo que era de fundamental importância, a que aquele documento pudesse ser consensual entre todas as forças políticas e essa consensualidade ter o efeito positivo de estarem todos em redor, estarem todos à volta e de acordo para um projeto que, no seu entendimento, era grande importância para o Município e para as famílias e de grande importância para aquilo que eram os desafios para todo o processo ensino aprendizagem. Daí ter ido ali dizer isso, porque achava que todos que saíram dessa reunião estavam motivados para fazer um trabalho de acompanhamento e de contributos positivos

para que aquela revisão da Carta Educativa, que partia de um trabalho já feito há dez anos. Era o trabalho que foi feito e que iria continuar com outras reuniões de acompanhamento desse processo. **PONTO NÚMERO VINTE E DOIS – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, por escrito e que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para dar duas notas de esclarecimento muito rápidas e diretas. A primeira, ao Deputado Raúl Peixoto. Há pouco não interveio, aquando da homenagem que ali foi materializada, mas queria-lhe dizer de uma forma muita taxativa, que o Município de Braga e a Câmara Municipal, não se limitou a acompanhar e, de facto, ao invés daquilo que ali disse, aquele foi um tributo dos Bracarenses ao serviço que prestou à comunidade, ao longo dos anos de exercício da função de Deputado Municipal. E foi-o, não apenas pela longevidade desse mesmo exercício, mas, sobretudo, pela qualidade desse mesmo exercício. Como bem sabia, não julgava o respeito e a admiração pela concordância de posições e tiveram muitas divergências, desde os tempos em que era Deputado Municipal, em dois mil e um e dois mil e cinco, mas, seguramente, que ao longo de todo esse período e sempre que ali esteve presente, reconheceu a verticalidade das suas posições, da defesa coerente das suas convicções e, sobretudo, uma questão que era muito, muito importante para prestigiar aquele órgão, como julgava que sempre fez, que era o exercício do discurso rigoroso sobre aquilo que pronunciavam naquela casa que podia ser, de facto, uma enorme mais-valia para a valorização do poder local. E julgava, também, que o exercício

*de funções como Deputado Municipal, era um exercício altruísta em benefício da comunidade e, portanto, por esse exercício altruísta, julgava que o Executivo Municipal não poderia ter outra posição que não aquela de subscrever, integralmente, a proposta que foi remetida pela Assembleia Municipal e de lhe prestar esse mesmo tributo. Dito isso, gostaria, também, de prestar um segundo esclarecimento, também, em defesa do rigor. De facto, todos teriam lido, há uma semana e meia, uma força política bracarense, num contexto que sabiam tinha sido muito agitado de discussão pública das questões urbanísticas no nosso concelho, a dizer que aguardou pela receção de um parecer da DGAL, sobre uma determinada matéria, para tomar posição pública sobre essa mesma matéria e com base no conteúdo desse mesmo parecer que, alegadamente, diria, de uma forma taxativa, que tinham sido cometidas inúmeras ilegalidades, que exigia a demissão imediata de um determinado Vereador, neste caso concreto, do Vereador Miguel Bandeira. Foram surpreendidos por essa notícia, por essas declarações, por esse comunicado e solicitaram esclarecimentos à DGAL, para saber se, de facto, sobre o processo da Quinta das Portas ou sobre qualquer outro, mas sobre esse em particular que era o visado na notícia, tinha sido emitido algum parecer que tivesse sido enviados para os serviços da Câmara e, porventura, se tivesse extraviado. E a resposta da DGAL, rezava assim: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga em resposta ao solicitado informo Vossa Excelência não ter esta Direção-Geral emitido qualquer parecer sobre o assunto a que se refere a notícia em apreço. Esta Direção-Geral, em dezembro de dois mil e seis, recebeu no Departamento Central de Investigação e Ação Penal uma denúncia, afigura-se, sobre o assunto em referência, que lhe foi apresentada por cidadão anónimo. Por não se enquadrar no âmbito das atribuições da Direção-Geral e competindo à Inspeção-Geral de*

*Finanças analisar as queixas, denúncias, participações e exposições respeitantes à atividade desenvolvida pelas entidades da Administração Local Autárquica, propondo, quando necessário, a adoção das medidas tutelares adequadas, foi a referida denúncia reencaminhada, para os devidos efeitos, para a IGF. Mais informo Vossa Excelência de que a DGAL não conhece o andamento dado ao processo pela IGF ou de eventual arquivamento”. Dissesse-se, também, em abono da verdade, que a IGF, também, não imitiu nenhum parecer sobre aquela matéria. Seria aso para dizer, que em defesa do rigor, mais uma vez alguém teria que ir retratar-se àquela tribuna ou, obviamente, publicamente, e se fossem levar à letra o mesmo tipo de discurso, seria caso para dizer, Deputado Artur Feio, obviamente, “demita-se”. Mas, preferia dizer “obrigado, continue assim”.*

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** *A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, nove, dez, onze, doze, treze, quinze, dezasseis, dezassete, dezoito e dezanove de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro.*

**ENCERRAMENTO:** *À uma hora e quarenta minutos, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de vinte e oito de abril, de que, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.*

